



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 098

PORTO VELHO-RO, QUARTA-FEIRA, 2 DE JULHO DE 2014

ANO III

SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA Capa
SUP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES 1302

TAQUIGRAFIA

ATA DA 33ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

Em 24 de junho de 2014

Presidência dos Srs.
HERMÍNIO COELHO - Presidente
EUCLIDES MACIEL - Deputado

Secretariados pelo Sr.
LEBRÃO - 1º Secretário

(Às 15 horas e 25 minutos é aberta a Sessão.)

PARLAMENTARES PRESENTES: Adelino Follador (DEM), Carmem Gon (PRP), Cláudio Carvalho (PT), Edson Martins (PMDB), Edvaldo Soares (PMDB), Epifânia Barbosa (PT), Euclides Maciel (PSDB), Flávio Lemos (PR), Glaucione (PSDC), Hermínio Coelho (PSD), Jean Oliveira (PSDB), Kaká Mendonça (PTB), Lebrão (PTN), Luiz Cláudio (PTN), Luizinho Goebel (PV), Marcelino Tenório (PRP), Maurão de Carvalho (PP), Neodi (PSDC), Prof. Stella (PR), Ribamar Araujo (PT), Valdivino Tucura (PRP) e Zequinha Araujo (PMDB).

MESA DIRETORA

Presidente: **HERMÍNIO COELHO**
1º Vice-Presidente: **MAURÃO DE CARVALHO**
2º Vice-Presidente: **EDSON MARTINS**

1º Secretário: **EURÍPEDES LEBRÃO**
2º Secretária: **GLAUCIONE RODRIGUES**
3º Secretário: **MARCELINO TENÓRIO**
4º Secretário: **VALDIVINO TUCURA**

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretário Legislativo - **Carlos Alberto Martins Manvailer**
Chefe da Divisão de Publicações e Anais - **Róbison Luz da Silva**

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Rua Major Amarante, 390 - Arigolândia
CEP 76.801-911 - Porto Velho-RO

PARLAMENTARES AUSENTES: Jaques Testoni (PSD) e Saulo Moreira (PDT).

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Havendo número legal, sob a proteção de Deus, em nome do povo rondoniense, declaro aberta a 33ª Sessão Ordinária da 4ª Sessão Legislativa da 8ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Solicito ao senhor Secretário que proceda à leitura da ata da Sessão Ordinária anterior.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Procede à leitura da ata da Sessão Ordinária anterior.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo observação, dou-a por aprovada.

Solicito ao Senhor Secretário que proceda à leitura do expediente recebido.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Procede à leitura do expediente recebido.

EXPEDIENTE RECEBIDO

01 – Mensagem nº 128/2014 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Suplementar por Anulação, até o montante de R\$ 1.300.000,00, em favor da Unidade Orçamentária Procuradoria Geral do Estado – PGE”.

02 – Mensagem nº 129/2014 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Suplementar por Excesso de Arrecadação, até o montante de R\$ 12.523.892,70, em favor da Unidade Orçamentária Fundo Estadual de Saúde – FES”.

03 – Mensagem nº 130/2014 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Altera dispositivos da Lei nº 3.350, de 24 de abril de 2014, que ‘Dispõe sobre o Programa de Apoio Financeiro – PROAFI destinado às unidades escolares urbanas e rurais da rede pública estadual de ensino e dá outras providências”.

04 – Mensagem nº 131/2014 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Suplementar por Superávit Financeiro, até o montante de R\$ 2.301.101,56, em favor da Unidade Orçamentária Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN”.

05 – Mensagem nº 132/2014 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Suplementar por Superávit Financeiro, até o montante de R\$ 954.422,51, em favor da Unidade Orçamentária Secretaria de Estado de Assistência Social – SEAS”.

06 – Mensagem nº 133/2014 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Suplementar por anulação, até o montante de R\$ 1.878.000,00, em favor da Unidade Orçamentária Secretaria de Estado de Segurança, Defesa e Cidadania – SESDEC”.

07 – Mensagem nº 134/2014 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Autoriza o Poder Executivo a criar os Programas de Transferência de Renda no contexto de Calamidade Pública no Estado de Rondônia – Auxílio Social e Auxílio Vida Nova”.

08 – Mensagem nº 135/2014 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Suplementar por Anulação, até o montante de R\$ 1.146.233,80, em favor das Unidades Orçamentárias Superintendência Estadual de Compras e Licitação – SUPEL e Superintendência Estadual de Esporte, da Cultura e Lazer – SECEL”.

09 – Mensagem nº 136/2014 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Autoriza o Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes – DER/RO a proceder à contratação de pessoal para a execução de atividades de manutenção, conservação e operacionalização aeroportuária por tempo determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público”.

10 – Mensagem nº 137/2014 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei Complementar que “Altera a redação do artigo 89 da Lei Complementar nº 733, de 10 de outubro de 2013”.

11 – Mensagem nº 138/2014 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Revoga a Lei nº 3.391, de 16 de junho de 2014, que ‘Autoriza o Poder Executivo a proceder à contratação de profissionais Técnicos em enfermagem por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público”.

12 – Ofício nº 837/2014 – Ministério Público, encaminhando Projeto de Lei Complementar que “Dispõe sobre a criação dos

cargos de Assistente de Promotoria de Justiça para compor o Quadro Administrativo do Ministério Público do Estado de Rondônia”.

13 – Ofício nº 836/2014 – Ministério Público, encaminhando Projeto de Lei que “Altera dispositivos da Lei nº 1.603, de 24 de abril de 2006”.

14 – Ofício nº 2503/2014 – Ministério Público Federal, encaminhando recomendação nº 008/2014 para que os Poderes Públicos se abstenham de distribuir tabelas de jogos, calendários da copa e quaisquer outros brindes em geral que façam alusão a possível candidatura ou pedido de votos.

15 – Ofício nº 25/2014 – Senado Federal, solicitando indicações de nomes que possam merecer a 5ª premiação da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara.

16 – Ofício nº 2306/2014 – Secretaria de Estado da Educação, encaminhando resposta ao Requerimento nº 527/14, de autoria do Deputado Zequinha Araújo.

17 – Ofício nº 925/2014 – Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, encaminhando cópia do Decreto nº 18.898, de 09 de junho de 2014, comunicando sobre abertura de crédito extraordinário para atender as vítimas de enchentes ocorridas no Estado.

18 – Ofício nº 784/2014 – DETRAN/RO, informando da celebração de convênio nº 029/2012 com a Prefeitura do Município de São Francisco do Guaporé, visando à implantação de sinalização horizontal e vertical nas vias urbanas do referido município.

19 – Ofício nº 202/2014 – Tribunal de Contas do Estado, encaminhando Relatório de Gestão Fiscal referente ao período de maio/2013 a abril/2014.

20 – Ofício nº 115/2014 – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, encaminhando resposta ao Ofício P/ALE-312/2014.

17 – Requerimento do Senhor José Moreira Avelino, solicitando material legislativo da 17ª Legislatura de Rondônia.

21 – Requerimentos do Senhor Deputado Jean Oliveira, justificando sua ausência nas sessões dos dias 14 e 28 de maio e 03 e 04 de junho de 2014.

22 – Requerimento da Senhora Deputada Epifânia Barbosa, justificando sua ausência na sessão do dia 07 de maio de 2014.

23 – Requerimento do Senhor Deputado Edson Martins, justificando sua ausência na sessão do dia 04 de junho de 2014.

24 - Requerimento do Senhor Deputado Zequinha Araújo, justificando sua ausência na sessão do dia 11 de junho de 2014.

25 - Requerimento do Senhor Deputado Flávio Lemos, justificando sua ausência na sessão do dia 04 de junho de 2014.

26 - Requerimento do Senhor Deputado Maurão de Carvalho, justificando sua ausência nas sessões dos dias 04 e 11 de junho de 2014.

27 - Requerimento da Senhora Deputada Epifânia Barbosa, justificando sua ausência na sessão do dia 06 de junho de 2014.

28 - Requerimentos do Senhor Deputado Jaques Testoni, justificando sua ausência nas sessões dos dias 03, 04, 24 e 25 de junho de 2014.

29 - Requerimento do Senhor Deputado Lebrão, justificando sua ausência na sessão do dia 04 de junho de 2014.

30 - Requerimento do Senhor Deputado Neodi, requerendo retorno das suas atividades parlamentares.

31 - Comunicados nºs AL 075543/2014 a AL 075758/2014 - do Ministério da Educação, informando liberação de recursos financeiros destinados a garantir a execução de programa do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

32 - Comunicados nºs AL 075759/2014 a AL 075820/2014 - do Ministério da Educação, informando liberação de recursos financeiros destinados a garantir a execução de programa do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

Lido o expediente, senhor Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Passamos às Breves Comunicações. Não há Oradores inscritos. Encerradas as Breves Comunicações, passamos ao Grande Expediente.

Quero dar aqui boas-vindas ao nobre Deputado Neodi, que esteve afastado cuidando da saúde. Estou feliz, Deputado Neodi, por Vossa Excelência estar de volta, e parece que com muita saúde, não é, Deputado Neodi? Recuperou, graças a Deus. Seja bem-vindo, Deputado Neodi.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Questão de Ordem, Senhor Presidente?

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Quero registrar a presença aqui do Vereador Vagner, lá de São Miguel do Guaporé, também do Presidente lá da Linha 94 e da 102, o Zé Carlos e o Coceira que estão aí marcando suas presenças. Sejam todos bem-vindos.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Anunciamos a seguinte Ordem do Dia para esta Sessão.

- Projeto de Lei nº 1055/13 do Poder Executivo.

- Projeto de Lei Complementar nº 208/14 do Tribunal de Contas.

- Projeto de Decreto Legislativo nº 185/14 do Deputado Luizinho Goebel.

- Projeto de Decreto Legislativo nº 186/14 do Deputado Luizinho Goebel.

- Projeto de Decreto Legislativo nº 187/14 do Deputado Luizinho Goebel.

- Projeto de Lei nº 1300/14 do Poder Executivo.

- Projeto de Decreto Legislativo nº 190/14 da Deputada Carmem Gon.

- Projeto de Lei do Deputado Hermínio Coelho.

- Projeto de Lei do Executivo.

- Projeto de Lei do Executivo nº 1308/14.

Deputado Neodi, pode ficar à vontade na tribuna. Pode usar a tribuna.

O SR. NEODI – Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, é com muita alegria que retorno a esta Casa depois de um afastamento para tratamento de saúde de quatro meses. E volto e encontro a Casa, Senhor Presidente, mais alegre, mais bonita, inclusive duas mulheres, a Deputada Stella e a Deputada Carmem, minhas amigas lá de Jaru, desejo sucesso. Estava conversando com a Carmem agora há pouco, a gente é amigo de muito tempo, a empolgação da Carmem de poder estar fazendo um trabalho parlamentar aqui nesta Casa, homenageando pessoas que ela entende que prestaram e prestam relevante trabalho ao Estado de Rondônia, cumprimentar aqui meus amigos que estão aqui. Obrigado, amigo Zé Giovani, lá de Ariquemes; Deputado Ribamar, meu grande amigo, sempre me ligando para saber da minha saúde, realmente eu passei por alguns momentos bastante difíceis, mas graças a Deus hoje estamos aqui, agora sim realmente com saúde, graças a Deus, uma doença que há mais de 16 anos, Deputado Ribamar, me judiava e me judiava muito; eu tinha muitas restrições alimentares, muitas coisas que eu me criei comendo e eu não podia comer mais há 16 anos e muita preocupação, qualquer lugar que você estava poderia a qualquer momento você ter uma hemorragia, como tive uma em janeiro que eu quase passei dessa para outra, mas Deus é bom, Deus faz as coisas, todas elas na hora certa e a gente tem que aceitar tudo aquilo que vem de Deus e hoje estou aqui de volta aos meus trabalhos, totalmente recuperado, a minha saúde totalmente restabelecida, estou com a saúde que eu tinha quando tinha 30 anos de idade hoje, graças a Deus, com a disposição grande para o trabalho, para a luta, que sempre foi a minha característica de trabalhar muito em torno de 15, 16 horas por dia, sempre foi a minha trajetória, a minha vida marcada pelo trabalho, mas infelizmente, a saúde nos últimos tempos estava me judiando muito, e hoje graças a Deus não tenho mais esse problema e a gente, eu me sinto assim renovado, Deputada Stella, me parece que eu nasci de novo e durante o tempo que eu estive lá em São Paulo, no hospital, eu recebi aqui inúmeras ligações, quero aqui agradecer a cada um que me ligou, inclusive meu amigo Ribamar, acho que me ligava todos os dias, recebi ligações de pessoas que eu nem esperava, inclusive uma entrevista que dei lá em Machadinho, na rádio, eu falei: *Eu não sabia que tantas pessoas gostavam de mim, que recebi ligações de pessoas que jamais esperava*

de receber uma ligação dizendo: Ó! Nós estamos aqui orando pela sua saúde, pedindo a Deus para que Deus devolva a sua saúde, e Deus realmente atendeu as orações, atendeu as pessoas que oraram e pediram e hoje eu estou aqui, graças a Deus, com toda a força, com toda a coragem para continuar o nosso trabalho, inclusive a política, eu estava deixando a política, um dos motivos, Deputado Ribamar, que eu estava deixando a política era a minha falta de saúde, muitas vezes você vai a um evento onde tem muita gente, eu gosto de estar no meio das pessoas, comer aquilo que as pessoas comem, e eu não podia comer, principalmente, você vai a uma festa hoje no interior o quê que é? Carne, mandioca e arroz. Eu comia mandioca, eu não podia comer carne. Hoje, graças a Deus, eu vou e posso comer aquilo que eu tiver vontade, inclusive quando o médico me deu alta ele me entregou um envelope e disse: aqui está o resultado dos exames que nós fizemos pós-cirurgia e você está curado.

Aí eu perguntei a ele: Doutor, eu tinha um monte de restrição alimentar, o que eu posso comer agora? Ele falou: Tudo o que você tiver vontade, o que você não tiver vontade, você não come, tudo o que você gostar, você pode comer. Daí eu falei: Faz 16 anos que eu não como carne de boi e olha que eu crio boi. Ele falou: Mas agora você pode comer.

Graças a Deus, no mesmo dia fui a um restaurante e mandei fazer um filé e comi. Então, graças a Deus, estou falando aqui com o coração porque é assim que eu me sinto hoje, uma nova pessoa, graças a Deus. E isso realmente é muito, muito, muito, muito bom, poder estar aqui hoje. Já lhe concedo aparte, Deputado Edvaldo. A própria política, como eu estava falando que eu estava largando a política, vamos dar mais uma etapa nessa luta, mais uma contribuição nossa, do nosso trabalho para o Estado de Rondônia, o meu terceiro mandato de Deputado Estadual, dois mandatos de Prefeito e quem sabe agora alguma coisa mais, tudo está nas mãos de Deus, eu sempre digo, tudo aquilo que vem de Deus eu aceito com o coração aberto. Concedo aparte ao Deputado Edvaldo.

O Sr. Edvaldo Soares – Deputado Neodi, quero cumprimentar a todos os nobres Pares e cumprimentar o Deputado Neodi, dizendo que muito embora Vossa Excelência estivesse muito bem representado na Assembleia Legislativa, mas Vossa Excelência faz muita falta no quadro dos Pares desta Assembleia, dada a experiência que Vossa Excelência tem, o equilíbrio em tomar decisões, em analisar projetos, eu particularmente senti que Vossa Excelência faz muita falta nesta Casa, nós sentimos sua falta, dou-lhe boas vindas, que Deus lhe abençoe no projeto da Assembleia e no projeto vindouro, seja qual for, porque Vossa Excelência é um político de qualidade do Estado de Rondônia, é um político de excelência que a gente realmente tem que valorizar aquilo que tem valor e eu digo sempre que o Deputado Neodi é um nato representante do povo de Rondônia, em especial da sua região Machadinho e representa de forma a dar uma qualidade a mais nesta Casa. Então, gostaria de registrar que Vossa Excelência fez muita falta aqui, seja bem-vindo, que Deus esteja abençoando seus passos.

O SR. NEODI – Obrigado, amém pelas palavras e fico feliz de ter esse conceito de Vossa Excelência e dizer que durante todo

o tempo que usei o meu cargo de Deputado sempre foi em prol do povo do meu Estado, as pessoas que acreditaram em mim e o povo que mora nesse querido Estado pujante do Estado de Rondônia.

Concedo aparte ao Deputado Zequinha e logo em seguida à Deputada Carmem.

O Sr. Zequinha Araújo – Obrigado, Deputado Neodi, dizer para Vossa Excelência que muitas vezes, Deputado Neodi, Deus permite que a gente passe por situações como essa, eu já tive experiência também, já tive momentos difíceis na minha vida e eu depois avaliando, percebi que foi a vontade de Deus para que eu prosperasse na frente. Então, às vezes a gente tem que tirar das dificuldades lições que fazem a gente se fortalecer muito mais e também orientam para que a gente possa crescer espiritualmente também. Então, vale a pena, às vezes, a gente estar nesse mundo e nesse mundo mesmo a gente descobrir com as próprias consequências da vida o valor da nossa vida, o valor da nossa família, dos amigos, e muitas vezes é necessário que aconteça isso entre nós.

Então, Vossa Excelência, também, mais que nunca, é uma pessoa que, além da sua experiência, Vossa Excelência é pós-graduado na política do Estado de Rondônia; nos fez muita falta, o Brito veio para cá, também cumpriu a sua missão aqui muito bem, até parabenizando o nosso companheiro Britão que fez seu trabalho aqui, jamais deixou de falar bem de Vossa Excelência também, mostrar que estava aqui passageiramente, mas que realmente fez o seu trabalho. E Vossa Excelência, graças a Deus, volta para o nosso meio para que nós possamos também contar com essa pessoa querida, mas, sobretudo, de muita responsabilidade e respeito.

Muito obrigado, parabéns.

O SR. NEODI – Obrigado pelo aparte, Deputado Zequinha. Agradeço as suas palavras e concedo aparte à nobre Deputada de Jarú, da minha região, uma pessoa que conheço há muito tempo e graças a Deus a gente tem uma boa amizade. Fiquei feliz, Carmem, de lhe ver aqui cumprindo a sua função política no Estado. E tenho certeza que Vossa Excelência está desempenhando um grande papel aqui nesta Casa. Concedo aparte a Vossa Excelência.

A Sra. Carmem Gon - Obrigada, Deputado. Eu lhe garanto que hoje eu estou muito mais feliz em vê-lo aqui, retornando a esta Casa, aos seus trabalhos. Como diz o Deputado, o nosso amigo Deputado Edvaldo, Vossa Excelência estava muito bem representado, mas fez falta sim. Não tive a oportunidade, não tinha tido a oportunidade de trabalhar com Vossa Excelência, colega Deputado, mas acompanho seu trabalho na Assembleia Legislativa, tenho uma grande admiração pelo seu trabalho. Com certeza o Estado de Rondônia orou muito por Vossa Excelência, a minha família, o senhor sabe que tem pessoas lá dentro que lhe admiram muito mesmo e nós também. Com certeza as orações foram válidas. Que Deus lhe abençoe nesta nova etapa da sua vida porque eu sei que, como dissemos agora há pouco, você está galgando um novo espaço na política e eu tenho certeza, competência, seriedade para isso Vossa Excelência tem. E nós estamos aqui torcendo pelo nosso Estado

de Rondônia e com certeza Vossa Excelência é uma pessoa que faz parte deste Estado, através do seu trabalho, da dedicação, seja bem-vindo ao retorno a esta Casa e que o futuro a Deus pertence, mas que ele seja o melhor. Obrigada. Seja bem-vindo.

O SR. NEODI – Obrigado, Deputada Carmem, pelas palavras amigas. Com certeza me deixa muito feliz, Deputada Carmem, pelas suas palavras, pela torcida que tenho certeza que Vossa Excelência e toda a sua família fizeram pela minha recuperação. E agradeço as orações que com certeza Vossa Excelência e sua família fizeram pela minha recuperação e pode ter certeza que a recíproca é verdadeira. Eu tenho também uma grande admiração por Vossa Excelência e toda a sua família. Concedo aparte ao meu grande amigo, meu parceiro de Assembleia Legislativa, já no segundo mandato, já quase concluindo também, Deputado Ribamar Araújo, meu grande líder aqui nesta Casa.

O Sr. Ribamar Araújo – Obrigado, Deputado Neodi. Senhor Presidente, senhores Deputados, quando Vossa Excelência se licenciou desta Casa, a composição ainda não estava como está. Nós temos, hoje, na composição desta Casa, duas novas Deputadas que vieram enfeitar bastante a Assembleia Legislativa com as suas belezas físicas, mas vieram também contribuir muito com a competência que as duas têm demonstrado ao longo desses meses que estão aqui na Assembleia Legislativa. Coincidentemente, as duas da mesma cidade, lá da cidade de Jaru, que particularmente também tenho simpatia, porque lá mora meu irmão Severino, da CEPLAC, e por isso sempre torci muito também por aquele município. Mas, Deputado Neodi, apesar de o senhor ter sido bem substituído aqui na Assembleia Legislativa pelo Deputado Brito do Incra, a ausência do senhor, a falta que o senhor fez nesta Casa durante esses meses, acredito eu que foi notada por todos os Deputados, pela sua competência, pela sua responsabilidade, mas acima de tudo pelo grande espírito de liderança que o senhor exerce com todos nós colegas aqui desta Casa. E eu sou meio suspeito para falar porque desde os primeiros dias que vim para esta Casa conviver com Vossa Excelência, o senhor sendo eleito, naquele momento, Presidente desta Casa, que o senhor já teve de mim o apoio e sempre repeti ao senhor que enquanto o senhor estivesse fazendo aquele trabalho de resgate da ética e da moralidade nesta Casa, eu estaria do seu lado. E lembro perfeitamente que quando terminou o seu mandato eu fiquei muito agradecido porque esta Assembleia Legislativa, que vinha de sucessivos escândalos, inclusive, infelizmente, com os Presidentes presos, na nossa legislatura primeira que eu tive aqui, sob a sua Presidência, aqui não estourou nenhum escândalo, aqui não houve nenhum escândalo, aqui ninguém foi preso, aqui ninguém foi afastado e por isso ainda hoje eu sou grato pela profícua administração que o senhor realizou ao longo de quatro anos aqui nesta Casa de Leis. Mas acima de tudo o seu companheirismo, a sua lealdade e o seu trato para com seus amigos estava nos deixando bastante preocupados, em primeiro lugar a sua doença, mas, graças a Deus, Deus lhe deu o pronto restabelecimento depois dessa cirurgia que preocupou aqui a todos nós durante um

período porque não sabíamos exatamente o que estava acontecendo. E o senhor sabe do meu sentimento com relação ao amigo, a Vossa Excelência, o sentimento de amizade que eu tenho, que eu nutro por Vossa Excelência e quero pedir a Deus que Ele mantenha o senhor no nosso convívio, seja como político ou como amigo, durante muito e muito tempo daqui para frente, porque o mais importante de tudo é o restabelecimento da sua saúde. Eu estou particularmente muito feliz, tanto pelo seu restabelecimento da saúde como pela sua volta aqui à nossa Casa de Leis. Seja bem-vindo aqui e continua gozando da minha admiração e da minha simpatia, da minha atenção, do meu respeito. Obrigado. Seja bem-vindo.

O SR. NEODI – Obrigado, meu amigo Deputado Ribamar Araújo, meu companheiro. Tenho a certeza que as palavras de Vossa Excelência são do coração, que durante todo tempo que estive lá eu recebi a ligação, praticamente todos os dias, de Vossa Excelência, preocupado realmente com a minha saúde. Inclusive, nos corredores desta Casa surgiram diversos comentários, que inclusive eu estava com câncer, que estava em fase terminal, Deputada Carmem, e que realmente eu não voltaria mais para cá, mas Deus é bom e graças a Deus eu não tinha câncer. Mas Deus escreve reto por linhas tortas, que inclusive com a hemorragia que eu tive no mês de janeiro e tive que voltar a São Paulo, meio às pressas, eu acabei levando um sobrinho meu junto que ele tinha um problema há muito tempo e lá descobriram que ele realmente estava com câncer, um câncer dos mais bravos que tem, um câncer dos mais malignos, e graças a Deus foi feita uma cirurgia e tirou o câncer inteiro e hoje ele está curado.

Então, a gente, muitas vezes, quando a gente é pego de surpresa com alguma coisa negativa que nos aflige, nós não temos que tomar aquilo como uma coisa negativa, nós temos que tirar daquilo uma lição e prestar atenção naquilo que está acontecendo, que de repente Deus está querendo te mostrar outro caminho, alguma outra coisa e está evitando alguma coisa pior na sua vida. E eu agradeço por isso e agradeço a Deus pela saúde que me devolveu, que me restaurou e de poder estar aqui, Deputado, juntamente com os meus colegas, os meus amigos que estão nesta Casa, alguns já no segundo mandato, que é o caso de Vossa Excelência, o Deputado Lebrão, o Deputado Euclides, já neste mandato aqui o Deputado Adelino, que é meu companheiro, meu amigo também que fomos prefeitos juntos, o Deputado Edvaldo Soares, o Deputado Hermínio, que hoje preside esta Casa, o Deputado Zequinha, agora a Deputada Carmen, enfim, todos amigos da gente, e eu sempre busquei na minha vida fazer amizades, eu não sou pessoa que gosta de briga, eu gosto de discutir, sim, eu gosto de discutir as coisas, eu tenho o meu ponto de vista, mas briga, inimizade eu não gosto, eu não gosto de ataque pessoal, ataque à moral das pessoas, eu sou contra totalmente isso, porque eu acho que ninguém perde, Deputado Ribamar, por ser humilde, ninguém perde por ter um coração brando e ter um coração que realmente perdoa e que quer o melhor das pessoas. Então, quero agradecer aqui a todos os meus amigos.

O Sr. Lebrão – Permite-me um aparte, Deputado?

O SR. NEODI – Concedo a palavra ao Deputado Lebrão.

O Sr. Lebrão – Cumprimentar Vossa Excelência, Deputado Neodi, dizer que é uma alegria, uma satisfação muito grande receber Vossa Excelência mais uma vez ocupando o seu assento, Vossa Excelência que já é patrimônio político do Estado de Rondônia, duas vezes prefeito, três vezes Deputado, enriquecendo muito este Parlamento e através de sua experiência eu confesso a Vossa Excelência que aprendi muito, e para nós hoje Deputados que compõem o Parlamento do Estado é muito importante receber Vossa Excelência para dar continuidade nesse brilhante trabalho que faz como Deputado estadual.

Dizer também, Deputado Neodi, que tudo que acontece na vida da gente, sem dúvida nenhuma, é proveniente da força de Deus, até as coisas que a gente acha que prejudicam, que é muito ruim, a gente tem que tirar um aproveitamento muito importante de tudo aquilo que acontece. Eu tenho certeza que Vossa Excelência com sua enfermidade e agora com a sua volta totalmente restabelecido através da força de Deus, sem dúvida nenhuma, vai conduzir a sua jornada com muito mais experiência, valorizando muito mais as pessoas do Estado de Rondônia que tanto valorizam, e da mesma forma a sua família e seus amigos que foram muito importantes nesse problema que Vossa Excelência teve e nessa trajetória que Vossa Excelência teve em sua vida. Parabéns. Continue sempre sendo essa pessoa humilde que é essa pessoa que sem dúvida nenhuma continuará sendo muito valorizado por todos os seus amigos que estão a sua volta.

Parabéns, Deputado.

O SR. NEODI – Obrigado pelas palavras, Deputado Lebrão, e dizer que realmente, Deputado Lebrão, é importante neste momento que muitas vezes a gente vê a manifestação de pessoas, como disse anteriormente, que a gente nem espera, mas principalmente a família da gente que está junto ali no dia a dia. Quero agradecer aqui à minha esposa que esteve comigo durante todo tempo que eu estive no hospital lá em São Paulo, não foi fácil, os primeiros dias foram horríveis, difíceis, no terceiro dia eu achei que eu não amanheceria vivo, mas Deus é bom e Deus tinha um propósito na minha vida, com certeza, tem um propósito e pode ter certeza, ele só vai nos tirar daqui para levar para outra instância na hora que ele achar necessário.

O Sr. Adelino Follador – Permite-me um aparte?

O SR. NEODI – Concedo a palavra ao Deputado Adelino Follador.

O Sr. Adelino Follador – Quero cumprimentar o Deputado Neodi por ter voltado e voltado com saúde, para nós é um prazer, uma satisfação tê-lo no nosso meio pela experiência que tem, pelo trabalho que tem perante a Assembleia Legislativa e o Estado de Rondônia, para nós é um prazer, queremos aqui endossar as palavras dos colegas e dizer que para nós é um prazer tê-lo no nosso meio, uma pessoa experiente, uma pessoa que tem a capacidade, tem o respeito da população de Rondônia e para nós é um prazer tê-lo de volta e principalmente sabendo que com saúde, resolvendo um problema de tantos anos, então

para nós é uma alegria muito grande e parabenizar por esse sucesso nessa cirurgia e todos os problemas que o senhor tinha. Obrigado.

O SR. NEODI – Obrigado pelas palavras, Deputado Adelino. E nós temos apenas praticamente dois minutos para encerrar, mas antes de encerrar eu queria fazer alguns comentários em relação ao nosso querido Estado de Rondônia. No último mês, estive andando um pouco, Deputado Ribamar, no Estado de Rondônia, conversando com algumas pessoas e há um clamor muito forte, Deputado Adelino, em relação à questão do calcário no nosso Estado. O povo que está produzindo no Estado não aguenta mais buscar calcário no Mato Grosso, Deputada Stella, e há poucos dias o Governador esteve inaugurando a usina de calcário em Espigão, mas inaugurou a usina que diz que daqui a noventa dias vai funcionar. Isso não existe, gente, eu acho que tem que inaugurar e deixar funcionando a coisa, não é inaugurar e largar para lá sem funcionar, e como é que fica o setor produtivo do nosso Estado? O Estado de Rondônia atravessa uma crise econômica bastante grande, uma crise financeira enorme, enorme, Deputado Adelino. E no relatório do orçamento que fizemos no ano passado, Deputada Stella, Vossa Excelência não estava aqui, eu coloquei no relatório que nós aprovamos aqui as dificuldades do Estado e os problemas que o Estado de Rondônia iria passar, Deputado Ribamar, e Vossa Excelência é testemunha disso, e a prova disso que esta Casa aprovou nesses quatro meses que eu estive fora aqui quase quatrocentos milhões de reais de dívida do Estado contraídas, inclusive do IPERON, duzentos e vinte milhões do IPERON que o Estado deixou de arrecadar, descontou do funcionário a parte patronal e não depositou no IPERON, duzentos e vinte milhões que esta Casa autorizou um parcelamento em oitenta meses que é mais um endividamento para o Estado de Rondônia, o Estado de Rondônia não aguenta mais endividamento. O Governo também deixou de repassar o dinheiro dos consignados dos funcionários, que é descontado do funcionário e tem que ser repassado ao banco e também não fez e esta Casa também autorizou uma prorrogação dos financiamentos consignados de 60 para 96 meses, o que eu acho um absurdo isso, o Estado realmente não aguenta mais esse tipo de coisa. É preciso, e eu venho alertando o Governo desde 2011, na questão orçamentária, o planejamento do Estado, o Estado tem sido mal planejado nos últimos tempos, isso leva o Estado a uma situação difícil, Deputado Ribamar, o Estado não aguenta essas pancadas, o Estado não aguenta esse tipo de planejamento, esse tipo de administração, o Estado precisa que realmente alguém planeje o Estado de uma forma que ele sobreviva ou gaste apenas aquilo que arrecada, não adianta querer ficar fazendo um monte de fantasia, um monte de coisas que coloque o Estado em situação difícil.

O Sr. Adelino Follador – Um aparte, Deputado?

O SR. NEODI – Um aparte a Vossa Excelência Deputado Adelino.

O Sr. Adelino Follador – Eu conversei agora com o Moisés que é Presidente da CMR, o britador já está funcionando e

ontem saiu autorização do Exército para poder explodir lá, a questão do dinamite que tem que ter uma autorização, que saiu ontem e na semana que vem já vai estar começando a funcionar também o restante dos maquinários. Então, já foi entregue a semana passada, na terça-feira, todo o restante do maquinário e agora tem autorização já para usar o explosivo. Então, a partir da semana que vem já vai funcionar 100% a usina de calcário. Já está funcionando só o britador, por enquanto, por causa da necessidade da liberação, da garantia da empresa que entregou a máquina, mas até a semana, eu conversei com o Moisés agora, estará tudo funcionando 100%. Obrigado.

O SR. NEODI – Obrigado. Vamos torcer, Deputado Adelino, para que seja verdade e que realmente funcione, porque eu já estou igual São Tomé, eu já estou querendo ver para acreditar, porque já faz um ano e pouco que eu estou escutando isso, que a semana que vem funciona, a semana que vem funciona e passa trinta dias, passa sessenta, e o setor produtivo, Deputado Ribamar, não aguenta mais buscar calcário no Mato Grosso para produzir, o Estado de Rondônia é um Estado eminentemente agrícola, se não tiver o básico, que é o calcário, para colocar na terra para produzir não vamos ter produção. Então, vou ficar torcendo aqui, Deputado Adelino, para que realmente isso aconteça. Quero aqui agradecer a cada um dos colegas que nos apartearam no nosso discurso, dizer que estamos de volta na luta, no trabalho, Deputado Ribamar, e vamos aí até o dia 31 de janeiro de 2015 nessa batalha, nessa luta, pedindo a Deus que nos dê força para a gente continuar fazendo o nosso trabalho. Muito obrigado.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Registrar a presença aqui do Senhor Cacildo Vieira, Superintendente da CEPLAC. Obrigado, Cacildo, pela presença; Senhor Ari Aquino, Presidente do Sindicato dos Papiloscopistas Policiais do Estado de Rondônia, Senhor Thiago de Oliveira Alves, Vice-Presidente do Sindicato dos Servidores do IDARON – SINDSID, obrigado a todos pela presença.

Encerrado o Grande Expediente. Passamos à Ordem do Dia. Solicito ao nosso Secretário que proceda à leitura das proposições recebidas.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Questão de Ordem, Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois, não Deputado.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Só para registrar aqui a presença do José Geovani, Presidente da Rede Amazônica lá de Ariquemes, Rádio Comunitária.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Procede à leitura das proposições recebidas.

APRESENTAÇÃO DE MATÉRIAS

– REQUERIMENTO DA DEPUTADA PROFESSORA STELLA, requer à Mesa Diretora a concessão Voto de Louvor para o

Departamento de Comunicação Social da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia – DECOM.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DA DEPUTADA PROFESSORA STELLA, concede Título Honorífico Honra ao Mérito ao Senhor Carlos Alberto Martins Manvailer.

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO LEBRÃO, que Institui o Quadro de Pessoal Gerencial em extinção do Poder Legislativo.

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO HERMÍNIO COELHO, que dispõe sobre a obrigatoriedade de todos os fornecedores de serviços prestados de forma contínua estenderem o benefício de novas promoções aos clientes pré-existentes, mantendo benefícios conquistados.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA GLAUCIONE, requer à Mesa Diretora a realização de Sessão Solene, a ser realizada no dia 27 de junho de 2014, às 15 horas, no município de Cacoal, em homenagem aos professores que se destacaram no Sistema de Avaliação da Educação em Rondônia – SAERO no ano de 2013, dos municípios de Cacoal, Ministro Andreazza e Espigão D'Oeste.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DA DEPUTADA CARMEM GON, concede Medalha do Mérito Legislativo a Dilma Alves Vieira Fernandes, Gerente de Convênios do DER.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DA DEPUTADA CARMEM GON, concede Medalha do Mérito Legislativo a Jânisson Moreira da Cunha, Pastor da Igreja Batista Nacional de Jaru.

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO ZEQUINHA ARAÚJO, Institui a Política Estadual para serviços Voluntários em Defesa Civil no âmbito do Estado de Rondônia, e dá outras providências.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA CARMEM GON, que requer à Mesa Diretora, na forma regimental, “MOÇÃO DE APLAUSO” ao povo evangélico do município de Jaru pelas comemorações no dia 18 de junho de 2014 referentes ao Dia do Evangélico.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA CARMEM GON, que requer à Mesa Diretora, na forma regimental, “MOÇÃO DE APLAUSO” ao ESQUADRÃO DO BARRO do município de Jaru pela presença na vida social de eventos esportivos no município de Jaru.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO, indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e ao Comando Geral da Polícia Militar do Estado de Rondônia sobre a necessidade de implantação de um Posto Avançado da Polícia Militar no Bairro Cidade Alta, no município de Rolim de Moura.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO, indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado sobre a necessidade de viabilizar junto ao DER - Departamento de Estradas de Rodagem e aos Programas Estaduais de Apoio à Recuperação e Manutenção da Malha Asfáltica da RO – 135, que liga o município de Ji-Paraná ao Distrito de Nova Colina.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO, indica ao Senhor Governador do Estado, junto à SEDUC – Secretaria de Estado da Educação, sobre a viabilização da Construção de uma Cozinha e Refeitório da E.E.E.F. Maria Comandolli Lira, de Rolim de Moura – Tipologia 2.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO, indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado sobre a necessidade de viabilizar junto à SESAU – Secretaria de Estado da Saúde para a aquisição de uma Ambulância, a ser utilizada no Distrito de Santa Cruz, Município de Jaru.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO, indica ao Senhor Governador do Estado, através da SESAU, sobre a necessidade de um Aparelho de Mamografia para atender os pacientes da Unidade Mista de Saúde do município de Jaru.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO, indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado sobre a necessidade de viabilizar junto à SECEL – Superintendência de Esporte, Cultura e Lazer do Estado de Rondônia, para aquisição de Bolas de Futebol, Redes e Fardamentos para os Times Futebolísticos do município de Castanheiras.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO, indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado sobre a necessidade de viabilizar junto à SESAU- Secretaria de Estado e Saúde para aquisição de uma Impressora de Mesa Multiformato para Aparelho de Raios-X, a ser utilizado pelo Hospital Municipal do município de Monte Negro.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO BRITO DO INCRA, indica ao Excelentíssimo Senhor Superintendente do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – DNIT/RO a construção de uma Lombada Eletrônica ou um Redutor de Velocidade na BR-364 em frente ao Instituto Federal de Rondônia – IFRO, no Campus de Cacoal-RO.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO BRITO DO INCRA, indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, através do Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem de Rondônia a Recuperação da RO-006 que liga Porto Velho ao Projeto de Assentamento Joana D'ARC.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO LEBRÃO, indica ao Governador do Estado de Rondônia, através do Departamento de Estradas de Rodagem de Rondônia (DER), a inclusão do Município de Novo Horizonte do Oeste no “PROGRAMA MÃO AMIGA”.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO LEBRÃO, indica ao Governador do Estado de Rondônia, através do Departamento de Estradas de Rodagem de Rondônia (DER), a inclusão do Município de Nova Brasilândia no “PROGRAMA MÃO AMIGA”.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO LEBRÃO, indica ao Governador do Estado de Rondônia, através do Departamento de Estradas de Rodagem de Rondônia (DER), a inclusão do Município de Alto Alegre dos Parecis no “PROGRAMA MÃO AMIGA”.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO LEBRÃO, indica ao Governador do Estado de Rondônia, através do Departamento de Estradas de Rodagem de Rondônia (DER), a inclusão do Município de Costa Marques no “PROGRAMA MÃO AMIGA”.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO LEBRÃO, indica ao Governador do Estado de Rondônia, através do Departamento de Estradas de Rodagem de Rondônia (DER), a inclusão do Município de Seringueiras no “PROGRAMA MÃO AMIGA”.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO LEBRÃO, indica ao Governador do Estado de Rondônia, através do Departamento de Estradas de Rodagem de Rondônia (DER), a inclusão do Município de São Miguel do Guaporé no “PROGRAMA MÃO AMIGA”.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO LEBRÃO, indica ao Governador do Estado de Rondônia, através do Departamento de Estradas de Rodagem de Rondônia (DER), a inclusão do Município de Alvorada do Oeste no “PROGRAMA MÃO AMIGA”.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO LEBRÃO, indica ao Governador do Estado de Rondônia, através do Departamento de Estradas de Rodagem de Rondônia (DER), a inclusão do Município de Presidente Médici no “PROGRAMA MÃO AMIGA”.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO LEBRÃO, indica ao Governador do Estado de Rondônia, através do Departamento de Estradas de Rodagem de Rondônia (DER), a inclusão do Município de São Francisco do Guaporé no “PROGRAMA MÃO AMIGA”.

- INDICAÇÃO DA DEPUTADA PROFESSORA STELLA, indica ao Governo do Estado, com cópia ao DEOSP, que firme convênio no valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) com a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos de Jaru para construção de calçadas nas ruas e avenidas daquele Município.

- INDICAÇÃO DA DEPUTADA DA PROFESSORA STELLA, indica ao Governo do Estado, com cópia ao DEOSP/RO, a aquisição de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) para a construção de uma Praça Pública, com banheiros, bancos, arborização e infraestrutura para prática de esportes no Bairro Monte Cristo, em Ariquemes/RO.

- INDICAÇÃO DA DEPUTADA PROFESSORA STELLA, indica ao Senhor Governador do Estado, com cópia à SECEL – Superintendência dos Esportes, da Cultura e do Lazer, apoio para aquisição de 320 metros de Alambrado para Campo de Futebol no Distrito de Bom Jesus, no Município de Jaru/RO.

- INDICAÇÃO DA DEPUTADA PROFESSORA STELLA, indica ao Governo do Estado, com cópia ao Comando Geral da Polícia Militar, a necessidade do aumento de no mínimo 400 vagas no Concurso da Polícia Militar devido ao alto índice de criminalidade no Estado de Rondônia.

- INDICAÇÃO DA DEPUTADA PROFESSORA STELLA, indica ao Governador do Estado a construção de uma nova sede para a SEFIN no Município de Jaru/RO.

- INDICAÇÃO DA DEPUTADA PROFESSORA STELLA, indica ao DER- Departamento de Estradas de Rodagem a necessidade de instalação de Redutores de Velocidade da Principal Avenida do Distrito de Tarilândia, no Município de Jaru/RO.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO FLÁVIO LEMOS, que indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Sr. Secretário Estadual de Saúde - SESAU, para que os mesmos venham a fornecer o medicamento Insulina, Glargina 100UI em acordo ao Programa de Medicamentos Excepcionais do Ministério da Saúde dispõe aos portadores de *diabetes mellitus* o uso das insulinas NPH e Regular, conforme previsto na Portaria nº 2583-GM/MS de 10 de outubro de 2007.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO FLÁVIO LEMOS, sugerimos que o Poder Executivo Estadual firme convênio ou parceria com a Prefeitura do Município de Porto Velho, no sentido de auxiliar a manutenção da pavimentação asfáltica e drenagem de águas pluviais da Avenida Farquar, no Bairro Nacional, no Município de Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO FLÁVIO LEMOS, sugerimos que o Poder Executivo Estadual firme convênio ou parceria com a Prefeitura do Município de Porto Velho no sentido de auxiliar a manutenção da pavimentação asfáltica e drenagem de águas pluviais da Rua Maranguape (ao lado da UPA Leste) entre as Ruas Daniela e Av. Mamoré, no Bairro Lagoa, no Município de Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO FLÁVIO LEMOS, sugerimos que o Poder Executivo Estadual firme convênio ou parceria com a Prefeitura do Município de Buritis no sentido de auxiliar a manutenção da pavimentação asfáltica e drenagem de águas pluviais na Av. Airton Sena, no centro da cidade.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO FLÁVIO LEMOS, que indica ao Senhor Governador do Estado, com cópia à Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia – CAERD, a necessidade de implantar a distribuição de água encanada nos Bairros Lagoa e Lagoinha, no Município de Porto Velho/RO.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO FLÁVIO LEMOS, indica ao Senhor Governador do Estado de Rondônia, junto à ELETROBRÁS RONDÔNIA, a necessidade de se incluir junto às contas de energia elétrica o responsável pela iluminação municipal e o repasse do período trimestral feito pela Eletrobrás – RO às Prefeituras Municipais para tal fim.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO FLÁVIO LEMOS, indica ao Senhor Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Comandante da Polícia Militar de Rondônia, a necessidade de Patrulhamento nas imediações das Escolas Estaduais localizadas nas Zonas Leste e Sul do Município de Porto Velho, no período noturno, feriados e fins de semana.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO ZEQUINHA ARAÚJO, indica ao Senhor Governador, com cópia ao DER, viabilizar um programa geral de limpeza e encascalhamento, na cidade de Porto Velho.

- INDICAÇÃO DA DEPUTADA EPIFÂNIA BARBOSA, indica ao Poder Executivo Estadual, com cópia ao DER, a necessidade de recuperação do Ramal Castanheira, localizado no Distrito de Vista Alegre do Abunã.

- INDICAÇÃO DA DEPUTADA CARMEM GON, indica ao Poder Executivo de Rondônia, com cópias para SEDUC, a necessidade de processo que institui serviço social na rede de ensino público do Estado de Rondônia.

- INDICAÇÃO DA DEPUTADA GLAUCIONE, indica ao Governo do Estado de Rondônia, através do Departamento de Estradas de Rodagem – DER, a necessidade e parceria para recuperar as Linhas Vicinais 08, 09, 10, 11, 12 e 13, localizadas na Zona Rural do Município de Cacoal/RO.

- INDICAÇÃO DA DEPUTADA GLAUCIONE, indica ao Governo do Estado de Rondônia, através do Departamento de Estradas de Rodagem – DER, a realização do Programa “Mão Amiga” para recuperar todas as ruas do Município de Cacoal.

- INDICAÇÃO DA DEPUTADA GLAUCIONE, indica ao Governo do Estado de Rondônia, através do Departamento de Estradas de Rodagem – DER, a construção de uma ponte (galeria) na Linha 6, km 3, onde cruza o rio Tamarupá, na zona rural do Município de Cacoal/RO.

- INDICAÇÃO DA DEPUTADA CARMEM GON, indica ao Poder Executivo de Rondônia, com cópias para SESDEC, a necessidade de instituir Política Estadual de busca a pessoas desaparecidas. Lido o Expediente, Senhor Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Registrar a presença aqui do Vereador Dair Boone, Presidente da Câmara de Alto Alegre do Parecis; do Vereador Jailton Ferreira, Câmara Municipal de Alto Alegre; da Vereadora Poliana Guimarães, do Vale do Paraíso; do Vereador Eleônidas Sebastião da Silva, do Vale do Paraíso; do Vereador Sodré Rodolfo, Presidente da Câmara Municipal do Vale do Paraíso e do Vereador Roberto Ferreira Pinto, Presidente da Câmara Municipal de Chupinguaia. Um abraço a todos e obrigado pelas presenças. Também dos Vereadores Amilton Pereira, Presidente; Amilton César Daron, Eliseu Souza, Jânio Junqueira, Nildo Leal, Câmara Municipal de Chupinguaia; obrigado a todos pelas presenças.

Senhoras e senhores Parlamentares, neste momento transformo esta Sessão em Comissão Geral, nos termos do Inciso III do artigo 135 do Regimento Interno. Já vou convidar à Mesa, convidar aqui Sua Excelência o Senhor Antônio Carlos dos Reis, Secretário de Estado da SESDEC, pedir aí para o Deputado Ribamar Araújo acompanhar até o Plenário o nosso Secretário de Segurança Antônio Carlos dos Reis.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) - Questão de Ordem, Sr. Presidente?

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Mais uma vez agradecer a presença aqui do Thiago de Oliveira Alves, que é o nosso Vice-

Presidente do Sindicato dos Servidores do IDARON, assim como também o Senhor Ari Aquino, Presidente do Sindicato, e dizer que nós lamentamos muito o ocorrido na Agência do IDARON lá na BR – 319, um assalto que lamentavelmente veio ferir um servidor daquele escritório nosso do IDARON e que nós vamos tomar as devidas providências junto ao Governo do Estado. Sejam todos bem-vindos.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pedir ao Deputado Ribamar Araújo. Cadê o nosso Secretário de Segurança? Pedir ao nobre Deputado Ribamar para conduzir à Mesa o nosso Secretário de Segurança, Antônio Carlos dos Reis. Pedir aos nossos Deputados Euclides Maciel e Zequinha Araújo para conduzir à Mesa o nosso Secretário de Saúde, William Pimentel de Oliveira.

Pedir ao Deputado Adelino Follador para conduzir à Mesa o Dr. Pedro Roberto Mancebo, Diretor Geral da Polícia Civil.

Convidar aqui à Mesa também o nosso Diretor do Hospital de Base, o Dr. Nilson Cardoso Paniáguia. E também convidar aqui para fazer parte da Mesa o Senhor Manoelito Tapajós César, Diretor Administrativo do Centro Materno Infantil *Regina Pacis*.

Foi convidado o Ministério Público, eu queria saber se veio, se o representante do Ministério Público se encontra presente? Não chegou ainda. Foi convidada também a família, peço que venha ao Plenário porque já vamos iniciar.

Boa tarde a todos. Dizer para os nossos Deputados que logo em seguida, logo após esta reunião, esta Comissão Geral, nós vamos votar a Ordem do Dia. Esta, praticamente, é a última Sessão do primeiro semestre, porque amanhã tem Sessão, mas vamos fechar tudo hoje, tudo que tiver que votar, vamos votar hoje, porque para nós só agosto agora. Por isso que é importante os senhores ficarem. Vamos participar aqui desta Comissão Geral e logo em seguida vamos votar todos os Projetos que estão aí, tem Projetos importantes que nós temos que votar agora, porque senão só em agosto.

Boa tarde a todos, eu queria agradecer a presença de todos aqui, principalmente das pessoas que foram convidadas, nosso Pimentel, Secretário de Saúde, pessoa que eu tenho admiração e tenho um respeito muito grande. Às vezes nós temos alguns desentendimentozinhos devido a alguns amigos, eu e o Pimentel não temos problemas, o problema é porque ele é muito amigo do Raupp e às vezes eu critico o Raupp e ele fica com raiva de mim.

O Dr. Pedro Mancebo, uma pessoa que eu tenho o maior respeito e carinho, um companheiro que orgulha o nosso Estado de Rondônia, aí à frente, comandando a nossa Polícia Civil e o nosso Secretário de Segurança, o nosso Dr. Reis, uma pessoa que a gente tem admiração e um respeito muito grande. E o nosso também aqui, o nosso representante aqui do Hospital e Maternidade *Regina Pacis* e também o Diretor do nosso Hospital de Base.

Obrigado a todos por terem vindo. E o motivo de nós termos convidado, ter chamado vocês aqui é o seguinte: é com relação ao sumiço ou a morte de uma criança. Depois eu vou colocar a avó da criança para contar um pouco a história para os Deputados e as pessoas que estão aqui compreenderem um pouco essa história, porque é uma história muito confusa,

essa criança desapareceu, ninguém sabe se morreu, ninguém sabe se sequestraram. E nós convidamos aqui o Dr. Pimentel, aqui o nosso Diretor do Hospital, aqui o nosso Delegado da Polícia Civil, o nosso Dr. Pedro, que é Diretor da Polícia Civil, nosso Secretário de Segurança do Estado, o que é que podia ter com essa história. Aqui a intenção nossa não é culpar ninguém, mas a gente quer uma explicação do que é que o Estado está fazendo, o que foi que realmente aconteceu e o que é que o Estado está fazendo para vir dar uma resposta, Deputado Adelino, para essa história. É uma história que parece história de Hollywood, história que a gente nem acredita, parece coisa científica, não parece ser uma coisa real. E nós convidamos e convocamos vocês exatamente para isso, para que nós venhamos dar uma resposta, principalmente à família dessa criança, como também ao povo do Estado de Rondônia. Nós não podemos deixar casos como esse acontecerem como se fosse uma coisa normal, que a gente sabe que, eu tenho informação que a nossa Polícia Civil está trabalhando e muito para desvendar esse caso, mas é exatamente, Secretário Reis e Dr. Pedro, que o que a gente quer é exatamente isso: o que foi que realmente aconteceu e o que é que o Estado está fazendo para dar uma resposta para a família, para a mãe, para a avó do Nicolas, que era o nome da criança, Nicolas, e eu tenho uma esperança muito grande que essa criança esteja viva e a nossa Polícia Civil, mesmo algumas pessoas achando que eu tenho mágoa da Polícia Civil de Rondônia, não tenho, eu posso até ter uma mágoa de alguns, mas a grande maioria que é a nossa Polícia Civil eu tenho o maior respeito, tanto pela Polícia Civil como pela Polícia Militar, e uma das melhores Polícias do Brasil é a nossa, a menos corrupta do Brasil é a Polícia nossa, do Estado de Rondônia.

E eu tenho certeza absoluta e tenho muita fé e esperança que a Polícia Civil e a Justiça deste Estado tragam de volta o Nicolas vivo. Eu tenho esperança que esse menino esteja vivo. Eu queria chamar para colocar de forma bem esclarecida a avó da criança, para que todos aqui comecem a compreender bem essa história e depois eu vou passar aqui para as nossas autoridades da Mesa para a gente dar andamento na nossa Comissão e, de repente, que a gente saia daqui com essa vontade de solucionar de vez esse caso e dar a resposta para o nosso Estado e para a família do que aconteceu com o Nicolas.

A SRA. IRENILDA NAITZ – Olha, gente, a minha filha passou mal dia 21, quarta-feira à noite. Aí foi até o Hospital de Cujubim, que nós somos da cidade de Cujubim, passou mal, ela ficou lá das 11 horas acho que até o outro dia de manhã, onde o Dr. Mauro encaminhou ela para Porto Velho, Hospital de Base. Aí não deu tempo, eles pararam em Candeias. Aí veio acompanhada com a enfermeira Marli, técnica e a patroa dela, como eu já estava dentro de Porto Velho. E aí eles pararam no Hospital de Candeias, fez o parto dela, normal, correu tudo bem, tiraram bastante foto lá, onde comprova que o nenê está bem, o Dr. Lauro me disse que o bebê estava bem. Aí eu fiquei aguardando ali no Hospital de Base. Aí falaram que ia para lá, mas aí eu aguardando, era mais ou menos, o bebê nasceu às 09 horas e 26 minutos da manhã e eu fiquei aguardando lá. Dali um pouco chegou à ambulância com ela, com a minha filha Marciele. Eu falei: - *Mas cadê o bebê?* Eles

falaram: “- *Mas o médico veio na frente com o bebê*”. Ai entramos, levou ela para a maternidade do HB ali, do Hospital de Base, a Nice aí que levou ela lá no quarto. Aí o Dr. Lauro já veio atrás e falou: “- *Você é a mãe da Marciele?*”. Eu falei: - Sou. “*Então a senhora que é a avó? A senhora vai me acompanhar*”. Eu falei: Prá onde? Ele falou: “- *Lá no Hospital Cosme e Damião, que o bebê está lá, eu levei ele lá*.”

Foi dessa forma que eu fiz, porque ela estava super bem, minha filha estava super bem, só ia ficar ali e aí eu acompanhei o Dr. Lauro até o Hospital Cosme e Damião. Eu acompanhei até na ambulância com ele. Eu perguntei: - Dr. Lauro, e o meu neto? Eu estava chorando. Ele disse: “- *Seu neto está ótimo, está bem, forte*”. E aí ele disse assim: “- *Só vai ficar por uns dias aí porque, para amadurecer o pulmãozinho dele*”. Aí ele me levou até o Hospital Cosme e Damião e me apresentou para a médica, as enfermeiras, me levou até lá no quarto da emergência onde estava o bebê, na caminha, deitado, com os aparelhinhos, respirando normal. E aí ele me apresentou: “- *É a avó da criança, essa avó vai ficar aqui do lado da cama, ficar acompanhando o bebê, que não pode ficar sozinho*”.

Fiquei. Botaram a cadeira lá, fiquei o tempo todo, isso era por volta de onze horas da manhã, até quatro horas da tarde, eu fiquei lá no Cosme e Damião acompanhando o bebê. Nada de anormal, sempre bem o bebê e o Dr. Lauro foi para Candeias, não é? O Posto dele é lá, não é? E aí eu fiquei lá. Quando deu quatro horas da tarde, às dezesseis horas, vamos falar logo, às dezesseis horas da tarde, justo na hora da visita, simplesmente, não sei se era médica ou enfermeira, quem que eram elas, de roupa branca, elas falaram assim: “- *Olha, pega sua bolsa que nós vamos transferir o bebê*.” Eu olhei assim, mas eu falei: - Prá onde? Elas falaram assim: “- *Para outro hospital, acompanha vó*”. Aí eu fui, nesse corre-corre, porque era hora da visita, que o meu filho estava do lado de fora para entrar para ver o sobrinho dele, aí não deu. Eu saí pela porta onde ficam as ambulâncias e aí o meu filho estava na porta da frente. Aí eu falei: E agora? Aí eu pensei assim... mas eu não me afastei do bebê. Isso daí eu não posso identificar se era enfermeiro ou médica, não é? Aí eles falaram assim, eles falaram: “- *Senta na frente com o motorista*.” Sentei, não deixaram eu ir atrás, não, mas o bebê entrou ali. E aí elas falaram assim: “- *Ah, vamos tirar foto aqui, porque registra um momento marcante*.” Eu pensei assim: - Poxa, o bebê não está mal, porque eu não vi ele mal. Tirar foto? Tiraram foto lá pelo celular mesmo e aí nós fomos lá para esse outro hospital, lá na Maternidade Regina Pacis.

E nisso aí, eu, no caminho afora, eu só dei um toque no celular para o meu filho e falei assim: - Olha, vá lá ao Hospital de Base fazer a visita para a sua irmã porque aqui já transferiram o bebê para outro Hospital. Ele perguntou assim: “- Mas que Hospital agora vão levar o bebê?” Eu falei: - Não sei, não me informaram, assim que eu chegar ao outro Hospital eu depois retorno a ligação para você, aí você vem para cá. Aí foi dessa forma, chegamos lá no Hospital Regina Pacis, na Maternidade Regina Pacis, entramos, as enfermeiras ou a médica pegou o bebê com o motorista, subimos a rampa lá em cima, entramos no quarto lá, eu não, já fiquei para o lado de fora, naquelas cadeiras, sentada. Botou o menininho lá

dentro, o Nicolas. E é a Dra. Cláudia que ficou com o procedimento de atender ele e ficou com ele lá para dentro, nisso daí eu só precisei descer para fazer a fichinha dele e aí já subi, fiquei sentada o tempo todo lá, daí um pouco a Doutora Cláudia veio perguntar para mim, ela fez umas perguntas eu respondi, mas eu fiquei assim surpresa por ela fazer umas perguntas, ela perguntou se nós éramos do interior mesmo, eu falei: “somos, somos de Cujubim, da cidade de Cujubim”. Ela perguntou se nós éramos ricos ou pobres, se nós tínhamos conhecimento aqui na Capital, se tinha parente aqui ou alguém, conhecimento aqui dentro de Porto Velho, eu falei: “Não, nossa vida está estabilizada, não somos milionários, mas temos uma vida digna”. E aí ela entrou para a sala onde estava o bebê, em nenhum momento eu pude ficar com o bebê, não. Ela foi lá e às 18:00 horas ela veio e falou: “*Sinto muito, vó, o seu neto morreu*”. Eu falei: “Mas, como?”. E ela: “*Morreu*”. Ai ela entrou de novo e com dez minutinhos ela voltou, ela voltou: “*Vem cá ver seu neto*”. Entrei naquela sala e ela falou: “*Esse aqui é seu neto*”. Me levou perto de um menino lá e não tinha identificação aquela criança, não posso falar que aquela criança estava morta porque a enfermeira Diana ficava sempre com um chumacinho de algodão no nariz dele e quando eu comecei a botar a mão assim no peitinho dele estava quente, eu ia cada vez abraçar, pegar mais não, eu botei no peito e estava quentinho, aí a Doutora Cláudia já me tirou: “*Não, não, você não vai ficar aqui dentro, não*”. Três minutinhos e já me botaram para fora de novo.

Em seguida ela já chegou com a declaração de óbito prontinha e me entregou com a enfermeira Diana e me falou assim: “*Oh, aqui, agora a enfermeira Diana vai tomar todos os procedimentos porque aqui não tem câmara fria, então o bebê vai ser transferido para o HB, nós vamos ligar para o Dr. Nilson e o Dr. Nilson vai tomar todos os procedimentos com a enfermeira Diana e esse menino vai ser transferido, a ambulância vai vim lá do HB, a enfermeira e o motorista*”. Eu estava sempre achando que era de lá, aí isso aí ficou até que foram passando as horas, eu pedia para descer que o meu filho estava lá embaixo, para eles deixarem meu filho subir para ver meu netinho e nada, não deixavam: “*Não, não, a senhora é melhor ficar quieta aqui*”. Não deixaram.

Até que uma mulher lá, eu não sei se ela trabalha lá, uma que fica de vestidinho rosinha claro, ela abriu aquela porta, destrancou, ela viu-me chorando e falou assim: “*O que foi?*”. Eu disse que disseram que o netinho meu morreu e meu filho está lá embaixo e não deixam ele subir e nem eu descer. Eu falei que pelo menos eu queria ir lá falar com meu filho, aí ela destrancou: “*Vai lá, vai lhe fazer bem*”. Eu descí. Acho que assim no que eu descí, perto lá daquela rampa, por ali assim alguém estava, alguma mulher, não sei, me falou: “*Cuidado para a senhora não cair*”. Eu falei: “Não se preocupe”. Eu descí. No que eu estava descendo a segunda rampa ali para baixo, aí a enfermeira Diana se assustou, ela estava bem lá embaixo em pé, bem para baixo daquela rampa, lá embaixo naquela porta conversando com uma enfermeira, ela disse que é enfermeira, e o motorista, como ela apresentou. Ela se assustou quando eu descí, ela falou assim: “*Vó, a senhora deveria estar lá em cima, não devia descer*”. Eu falei que queria falar com meu filho. Ela falou assim: “*Essa aqui é a enfermeira do HB, o*

motorista que vai levar a senhora e o netinho lá para o Hospital de Base". Eu falei: "Mas nós vamos sair pela porta da frente?". Perguntei à enfermeira Diana. Ela disse: "*Não, vocês vão sair pela porta dos fundos*". Eu falei assim: "Então eu vou ter que ir lá à frente avisar meu filho que está lá de carro, porque ele está lá na frente esperando nós sair, eu vou ter que avisar ele para esperar lá no Hospital de Base". Ela falou: "*Faça isso, mas volte rápido*". Eu fui lá e avisei: "Meu filho, você vai ter que esperar lá no Hospital de Base que eu vou sair pela porta dos fundos, a enfermeira falou". Ele falou: "*Então tá, mãe, eu vou lá*". E aí eu entrei rapidinho e ali embaixo onde está a rampa ficam umas cadeiras brancas, aí ela falou assim: "*Senta aí*". Ela ficou conversando com aquela enfermeira e o motorista e mandou eu sentar naquelas cadeiras brancas. Eu sentei lá, ela conversando, e entregou dois papéis para a enfermeira, diz que o nome dela é Elisângela, eu não sei bem, e daí um pouco eu perguntei: "Vai demorar, enfermeira?" Ela falou: "*Não, deixa eu ir lá em cima buscar o feto*". Ela subiu correndo e daí um pouco ela veio com um embrulho branco assim, um lençol, e entregou para a outra enfermeira: "Toma". Ela falou: "*Vó, pode acompanhar*". Nós saímos pela porta da frente e eu logo reparei: "Poxa, nós vamos sair pela porta da frente? Eu precisei tirar meu filho da frente ali". Eu vi que eu saí pela porta da frente, o motorista abriu a porta da ambulância, uma ambulância de pequeno porte, até tinha um capacete lá dentro, a enfermeira entrou com aquele pacote ali dentro, não vou afirmar que tinha um bebê lá porque não vi e eu sentei lá também, tirei aquele capacete do banco, botei lá e sentei. E naquela noite estava chovendo demais, chuva, chuva, chuva. No meio do caminho a enfermeira tirou aquele embrulho do colo dela e botou do lado dela no banco, aí chegamos ao fundo e ela falou: "*Motorista, abaixe o vidro e fale com o guarda que é o bebê do Regina Pacis*". E ele fez assim, e ela falou: "*Encosta ali debaixo porque está chovendo muito*". Debaixo da garagem, e foi. E eu falei: "E agora, e eu?" Porque eu não conhecia nada do fundo lá. Ela falou assim: "*Você segue reto, vire a direita, você vai chegar lá na maternidade onde está a sua filha*". Foi isso que eu fiz e ela foi para outra direção. Ela, no caso, como eles me levaram lá, não entrou na câmara fria, ela foi para outra direção, sim.

Aí, no outro dia, às 10:00 horas da manhã, a minha filha ganhou alta e às 10:30 horas a Assistente Social veio, ligou para o meu telefone, Assistente Social Sandra ligou, eu mais a Marciele, minha filha, fomos lá e conversamos. Ela falou quais os procedimentos para nós tomarmos, ela deu o cartão da funerária de Candeias, ela falou?: "*Você tem que ir lá em Candeias pegar a declaração de nascido vivo com o Dr. Lauro*". Fomos lá, eu ainda perguntei: "Escuta, posso deixar a minha filha de repouso na casa de meu filho aqui e posso acompanhar o marido dela, como ela é menor?". Ela falou: "*Pode*". Então eu fui com o marido dela, fomos para Candeias, pegamos a declaração, tiramos xerox, fomos na funerária que ela indicou lá em Candeias, a mulher da funerária lá ela leu e releu aquela declaração, ela falou: "*Espera lá, eu não estou entendendo essa declaração de óbito, nunca vi uma declaração dessas*". Eu falei: "Foi a Doutora que fez". Ela leu, releu, aí com um pouco ela falou: "*É*". Nós pagamos a funerária lá porque como falou que o bebê estava lá morto, pagamos, tiramos xerox, demos para ela, elas vieram para buscar o bebê e nós tiramos o original aqui no cartório, não é? Nisso aí nós viemos todos

juntos. Aí, quando chegamos, estávamos ali no cartório, daí um pouco ela liga, até ligou no celular de minha filha, falou assim: "*Mas cadê o corpo desse bebê? Não se encontra aqui no Hospital de Base*". "Não, está no Hospital de Base, deu entrada lá, diz que o bebê morreu". Aí nada do bebê, nada, fomos lá depressa, rapidinho, no Hospital de Base, ficamos lá das três e meia até nove horas da noite, chegamos lá e já conversamos com a Assistente Social que disse: "*Estamos procurando, estamos procurando, aqui são 17 pavilhões, é muita coisa para procurar um bebê*". E nós lá aguardando.

Com isso a Assistente Social foi embora, já falou: "*Calma lá, daqui a pouco o assessor jurídico vai procurar vocês, houve uma negligência*". Isso foi tudo dia 23 já. Aí eu falei assim: "Nossa, mas já são 09 horas da noite." Aí, nós ligando para o homem da funerária e eles procurando, nada do bebê, nada, nada, nada.

Aí, com um pouco o assessor jurídico falou assim: "*É, houve uma negligência, não teve entrada de bebê nenhum aqui não*". Não. Aí, eu levantei da cadeira e falei: Como não, se eu acompanhei? É, eu vou falar logo, não vi bebê dentro daquele embrulho, não. Eu falei: Mas que entrou uma enfermeira, a enfermeira Diana, do *Regina Pacis*, falou que a enfermeira era daqui, o motorista e a ambulância eram tudo do Hospital de Base. Ele falou: "*Sinto muito, deu entrada um pano, o nenê não*". Aí, nós também não discutimos, registramos a ocorrência e foi assim, sem notícia, sem respostas, esse silêncio está matando nós, porque já tem 31 dias, 32 dias, cadê o bebê e nem uma notícia, nada, nada. E como nós ficamos sem respostas, sem uma ajuda? Entendeu? De favor na casa dos outros, sem assistência, entendeu? Nada, nada; por exemplo: a minha filha não pode guardar dieta digna, entendeu? Eu sou mãe, avó, eu estava aqui cuidando da minha nora, já que tinha ganhando um bebê de cesariana, tinha justo 07 dias naquele dia, entendeu, eu tinha que engolir o meu choro, secar as minhas lágrimas para elas não ver, tirar força, entendeu, para elas não ver o sofrimento meu, entendeu, eu não sabia nem de onde eu tirar forças. Eu pedi: "Deus, o Senhor me ajuda porque eu não consigo, porque eu não posso deixar a minha nora se abalar, eu não posso deixar a minha filha."

Pelo amor de Deus, autoridades, vocês não vão me ajudar, não? Dá uma solução, esse silêncio que se cala, o Governador, poxa, ninguém nos ajuda, por exemplo: se o bebê tivesse morrido mesmo a família tem direito de fazer o enterro digno, é o direito da família, por que não? Isso aí eu fico assim pensando, por que não a gente não tem esse direito? Para mim esse bebê não morreu, porque esse bebê estava bom, eu acompanhei esse pré-natal que ele fez lá em Cujubim, eu acompanhava, eu sempre acompanhei tudo, o bebê sempre estava estável, o que mata a gente, para nós o médico falou uma versão, depois é outra, como são essas versões. Por que muda de ideia, por que, gente? A gente é um ser humano, essa criança é humana, é uma criança, a mãe tem direito de criar essa criança, gente, eu sou avó, poxa, lá ficou mais família para trás e querem essa criança, poxa, só porque a gente é do interior, a gente tem lá o sítio, g ela trabalha, a gente tem como sobreviver, viver, nós temos as coisas, poxa, não é direito arrancar uma criança dos braços de uma mãe, não, da avó, da família inteira, do pai também, poxa, eu fico indignada

porque é um direito nosso, não se faz isso não, gente, não se tira uma criança de uma mãe, poxa, hospital, você vai confiar.

No sábado mesmo, para esclarecer, no sábado mesmo, chegamos lá, o Dr. Nilson já tinha chamado, não sei se era o delegado ou o que era, aí esse delegado falou: *Não, eu quero ouvir a versão da família mesmo, porque essa história está muito estranha, aparecer lençol de um hospital, do outro, não bate uma coisa com a outra. Então, é coisa que ele mesmo, o Dr. Nilson mesmo disse assim na nossa cara mesmo.* Ele falou assim: *Eu, que consegui aquela vaga lá na Regina Pacis, porque lá é um hospital caro, eu consegui.* Mas, poxa, quem pediu para tirar de um hospital para outro não pediu autorização da mãe, nem da avó que estava ali presente, nem nada. Não se transfere uma criança assim não, gente, é uma criança, um ser humano, gente, você tira dos braços do outro, essa criança não estava mal, não, eu acompanhei esse bebê o tempo todo dentro do Cosme e Damião, eu não vi nada da anormal, não, eu vi esse bebê estável, cadê essa criança? É um direito nosso, gente, por favor, entende, só porque nós somos lá de Cujubim não tem esse direito, do interior, tem, a gente tem todo o direito, gente, mãe, avó, pai, família tem esse direito.

Agora, tira isso dos braços da gente, esse direito, entendeu, a gente tem que deixar, 32 dias para nós é uma eternidade, nós podíamos estar felizes lá com criança, criando, cuidando, zelando, cadê? Nem uma resposta, nem uma notícia, isso incomoda gente, esse silêncio, esse silêncio incomoda a gente, meu Deus do Céu, Deputados, Governador, se fosse o filho de vocês, neto de vocês, que atitude vocês tomariam, será? Que Estado nós estamos, nós não temos esse direito, não? Nós somos o povo, gente, nós temos esse direito, meu Deus do Céu, eu já não tenho lágrimas para chorar porque eu tenho que engolir para segurar, ser o esteio da família, meu Deus do Céu, para não abalar minha nora que está de bebê novo lá, cesariana, a filha lá, não é fácil, ela é menor ainda, 17 anos, arrancar um bebê dos braços dela. Eu criei dois filhos, graças a Deus, ela parou a faculdade, precisou parar a faculdade por causa desse problema, gente, é um direito dela estudar, criar o filho, meu Deus do Céu, eu não aceito isso, gente, eu não aceito. Só porque a gente é do interior é obrigado de arrancar uma criança dos braços da gente, sabe Deus fazer o quê com essa criança, gente, porque provar que está morto não tem como, não é? Porque se estivesse morto a gente tinha feito o enterro dele e pronto, tinha que aceitar, a gente tinha se que conformar que Deus quis assim. Agora, dessa forma que fizeram com nós, eu não concordo, não, eu tenho fé em Deus que essa criança está viva, mas cadê essa criança? Cadê a atitude de vocês? Quer dizer, mães e mães estão sofrendo por aí, crianças que dizem que morrem e cadê essas crianças? Eu não aceito isso não, gente, não aceito, eu acredito que essa justiça tem que ser feita, entendeu? Poxa, resolvam isso de uma maneira melhor, mas, gente, esclarece, traga esse bebê para os braços da mãe, da família, gente, da família. Às vezes vocês podem estar pensando que o pai não está, o pai está lá trabalhando, tem que está trabalhando porque a gente tem o compromisso da gente. Poxa, meu Deus do Céu, por favor ajudem, ajudem descobrir o quê que está acontecendo, o quê que aconteceu com o meu pequeno Nicolas, entendeu? Ela quando estava grávida dele, eu estava conversando com ele direto na barriga, o menininho ficava se movimentando, você

acha que isso não dói para uma avó? Agora não tem criança, poxa. Eu não sei mais o que fazer, eu só peço justiça, que essa coisa seja esclarecida, esclarecida, gente. Eu quero resposta, eu não quero que isso fique parado, seja mais um esquecimento, gente. Gente, nós estamos no Estado de Rondônia, aqui em Porto Velho, na capital, nos hospitais grandes deste Estado, quer dizer, a criança some e não houve nenhuma explicação, nem um motivo, se morreu, se houve erro médico que assuma, se morreu, por que não entregou o corpo para gente, será que é um direito de arrancar até isso da gente, eu não aceito, não, não aceito.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – É doído. Dizer que tem tanta falha nessa história. Tem as fotos aí, não sei se tem, eu tive acesso às fotos, essa criança nasceu no Candeias, na Maternidade do Candeias, inclusive os médicos dando risada, uma criança linda, sadia e forte, pensem num meninão loiro, olhos azuis, está nas fotos, os médicos, o parto foi um sucesso, o parto e lá no laudo, parece da morte da criança diz que a criança morreu dentro da ambulância. É tanta lambança, tanta coisa esquisita nessa história, mas é isso, avó e mãe, eu espero que no mínimo isso a gente, pelo menos isso a senhora tenha o direito, que o Estado de Rondônia diga o que foi que aconteceu com o seu neto, com a sua criança, porque realmente ninguém sabe mesmo se essa criança está morta, como foi que morreu, morreu por que ou onde é que está?

E é por isso que nós convidamos aqui as pessoas que aqui estão, o nosso Secretário de Segurança, o nosso Diretor da Polícia Civil, que já devem estar trabalhando e muito nessa história e também trouxemos aqui o Pimentel, que é o Secretário de Saúde, e o nosso Diretor do Hospital de Base e também o Chefe aqui do *Hospital e Maternidade Regina Pacis*. Eu vou passar a palavra, eu não sei quem primeiro aqui, Pimentel, de vocês quem é que quer primeiro usar a palavra, quem é que quer falar?

Com a palavra o Secretário de Saúde Williames Pimentel.

O SR. WILLIAMES PIMENTEL – Boa tarde, Sr. Presidente do Poder Legislativo, Hermínio, meus cumprimentos. Boa tarde ao Deputado Lebrão aqui na Mesa; aos demais Deputados, na pessoa da Deputada Glaucione, eu cumprimento todos os Deputados que estão aqui presentes; a imprensa; minhas senhoras, meus senhores.

Primeiro, gostaria de manifestar a nossa indignação, a nossa insatisfação, o nosso descontentamento de todo o Governo, da Polícia, da Secretaria de Saúde, dos funcionários e do Diretor do Hospital de Base, que nós estamos contribuindo, estamos dando todas as possibilidades para que a Polícia possa elucidar esse fato, que é um fato que não se mistura com fato de governança, com fato de assistência de saúde pública. É um fato de responsabilidade de apuração da Polícia. Agora, nós estamos sofrendo junto, porque um depoimento emocionado de uma avó, de uma mãe, nós que somos pais, nós que temos vida, que temos sobrinhos, que temos filhos, que temos parentes não podemos deixar com que isso passe despercebido, sem uma solução, sem uma resposta para essa família. Desde a primeira hora que nós soubemos, no sábado, às 10:00 horas da manhã, fui eu que liguei para o Secretário de Segurança, Dr. Reis, que está aqui, posteriormente ele

encaminhou ao Dr. Mancebo, que passei a manter contato com o Dr. Mancebo, o grupo de policiais que estiveram no sábado às 10:00 horas da manhã foi sob o comando do Dr. Samir e demais agentes de polícia já naquele momento dentro do hospital para iniciar averiguação.

Certo momento nós tínhamos que ter o silêncio porque nós entendíamos que como a polícia entrou horas depois da ocorrência do episódio, o segredo facilitaria a investigação nas próximas horas, já que estava, quando a polícia entrou no Hospital de Base ao nosso chamamento, nós tínhamos um entendimento que a elucidação dos fatos ia ter uma abreviação, uma celeridade, e daí para frente ficou a polícia conduzindo os fatos, mas isso não importou, isso não implicou em que nós não tivéssemos contatos diários, contatos permanentes com a direção da polícia, como fazemos até hoje na busca do avanço das investigações e se há alguma novidade para que a gente possa apresentar tanto para esta Casa, quanto para a imprensa, e principalmente, para a família, que nós estamos sofrendo juntos, porque em um outro aspecto isso nos incomoda, porque o Hospital de Base que tem três mil servidores, que realiza três mil e quinhentos partos por ano, um único hospital que faz partos de gestação considerada de alto risco e é o único hospital geral com 600 leitos, com mil servidores de plantão a cada turno, com 600 pacientes internados a cada turno, com mais de 200 acompanhantes a cada turno, que tem um atendimento de 1.400 pessoas internadas, cirurgiadas ou em atendimento em clínica médica por mês.

Então, esse fato nós queremos para que não possa ter um prejuízo da desconfiança de um serviço público que nós tanto zelamos, que este Governo tanto investiu, que este Governo tanto preza na área do fortalecimento da ampliação da saúde pública, e aquele hospital que é o único hospital que tem UTI Neonatal e que a UTI Neonatal são crianças que nascem com complicações na hora do parto, ou porque a parturiente tem uma gestação considerada de alto risco, com algum problema de diabetes, hipertensão, alguma complicação congênita que merece ter o acompanhamento e o nascimento no Hospital de Base. Por quê? É o único hospital que tem a UTI adulta para a mãe e a UTI neonatal para a criança. E esses leitos de UTI são poucos que nós tivemos e temos que ter a contratualização de leitos neonatal no *Regina Pacis* que é credenciado pelo Ministério e pela Secretaria de Saúde, como é também em Ariquemes, que nós temos UTI neonatal e estamos tentando implantar para desafogar a necessidade de UTI neonatal também em Cacoal para os próximos meses numa estratégia justamente de fortalecer a gravidez de alto risco, porque a gravidez de alto risco eleva a possibilidade do risco de morte tanto do bebê quanto da mãe.

Então, é nessa linha que nós temos que contribuir cada vez mais para que possamos elucidar os fatos para que a gente possa agir, tendo culpados, tendo responsáveis, que a gente possa punir exemplarmente e que a gente possa estar dando a possibilidade de que isso não ocorra novamente, porque a punição exemplar irá fortalecer a possibilidade de não acontecer isso de novo, que nós não queremos que isso aconteça. Isso não faz parte de um perfil de governança da Secretaria de Saúde nem do Governo do Estado, é por isso que nós estamos aqui com a consciência e o dever tranquilo de que nós estamos

contribuindo e queremos que se elucide no menor tempo possível, Presidente Hermínio, demais Deputados, minhas senhoras e meus senhores.

O SR. NEODI – Questão de Ordem, Sr. Presidente?

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não, Deputado Neodi.

O SR. NEODI – Eu gostaria de fazer uma pergunta ao Secretário de Saúde. No hospital não tem câmera de segurança?

O SR. WILLIAMES PIMENTEL – Não. Não tem.

O SR. NEODI – É uma coisa que deve ser providenciada, porque com certeza se tivesse câmera de segurança...

O SR. WILLIAMES PIMENTEL – Eu lhe respondo, Excelência.

O SR. NEODI – No horário em que ocorreu, que a mãe relata detalhadamente, com muitos riquíssimos detalhes o depoimento dela, daí é para se fazer um levantamento e identificar essas pessoas.

O SR. WILLIAMES PIMENTEL – Excelência, o Projeto que foi há oito meses trabalhado num escopo inicial para colocar câmeras em toda aquela estrutura hospitalar custou um orçamento de três milhões de reais, as câmeras. Então, nós paramos porque nós não tínhamos esse recurso. Então, fazendo cortes, para colocar câmeras nos principais acessos, de entrada e saída, porque, na verdade, Deputado Neodi, aquele hospital virou um complexo. O Cosme e Damião tem acesso pela lateral, que é o Pronto Socorro Infantil. A FHEMERON, que é o banco de sangue, tem acesso a um corredor; o Hospital de Barretos, que foi uma inovação do Governo, que custa vinte e um milhões por ano para combater o câncer, tem outro acesso. Então, Excelência, é um hospital imenso, com seiscentos leitos que nós estamos tentando viabilizar, há oito, seis meses que a gente está discutindo esse projeto, mas ficou um custo muito alto para instalar. Aí, então, fazendo agora uma reprogramação para ver se baixa os custos com condição de nós instalarmos um sistema de monitoramento.

O SR. NEODI – Seria muito importante. Só para concluir, senhor Presidente, seria muito importante, porque é muito triste a gente ouvir um relato que a gente ouviu da avó, a gente que é pai e eu sou avô também, tenho três netos, é uma coisa assim revoltante. E aí a gente entende essa questão que o senhor colocou, mas é importante, Pimentel, você tem se esforçado bastante, a gente tem acompanhado o esforço seu para melhorar a questão da saúde do Estado e realmente verificar, porque é uma vida que se foi, é um filho que foi tirado dos braços da mãe. Então, realmente é importante esse sistema de câmera, de monitoramento, que com certeza hoje nós teríamos esse caso resolvido, a Polícia com certeza já teria elucidado esse caso.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Só para organizar aqui, Deputado Ribamar. Eu estava pensando de primeiro a gente abrir aqui para a Mesa, cada um falava e depois nós vamos abrir para os Deputados fazerem os questionamentos. Porque pergunta tem e muitas, todos nós aqui temos perguntas e muitas para fazer aqui para alguns que estão presentes aqui na Mesa.

O SR. RIBAMAR ARAÚJO – Presidente, Questão de Ordem?

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. RIBAMAR ARAÚJO – Eu só queria, neste momento, tentar dar um pouco de contribuição. Quando foi aprovado esse convite ou a convocação para os Secretários estarem aqui hoje, eu não estava presente. Se eu estivesse presente eu teria dado a sugestão que, no momento, isso é um caso de Polícia. Era para ter vindo somente aqui o Secretário de Segurança e o Delegado de Polícia que está apurando o caso. Porque não significa isso que eu esteja dizendo que a presença do Dr. Pimentel aqui não seja necessária, é sempre importante, toda vez que o senhor puder vir a esta Casa dar explicação a respeito da Saúde. Mas esse caso já foge totalmente de saúde, isso é caso puramente de Polícia. E aí eu já queria fazer as seguintes perguntas para o Delegado, para o Secretário, já me antecipando, na tentativa de ajudar aqui, porque senão o debate, por exemplo, se você for questionar determinadas coisas ao Secretário de Saúde, vai ser prejudicado até no tempo. Mas, por exemplo, pelo depoimento da mãe, que eu ouvi atentamente, em primeiro lugar eu queria questionar, o que eu falo, fazer uma pergunta à própria mãe, durante todo esse tempo que ela fez esse depoimento aí ela não falou que a mãe esteve presente em momento nenhum, desde o momento que a criança saiu de Candeias do Jamari.

Eu queria saber onde é que estava a mãe dessa criança, se estava doente, se estava internada ou se estava em algum lugar. Mas aí vem as perguntas para o Delegado, é claro, eu já peço desculpas a vocês porque é pergunta de leigo, na tentativa de querer ajudar em alguma coisa. Pelo depoimento, na minha leiguice, eu chegaria à conclusão que o fato ocorrido, pelo depoimento da avó, se tudo o que a avó falou aí, eu ouvi atentamente, se o Delegado confirma, por exemplo, eu acho que a chave do problema todo está em duas pessoas aí, ela fala numa enfermeira Jeane da *Regina Pacis* e fala numa médica chamada Cladir do *Regina Pacis* também. Eu queria perguntar o seguinte ao Delegado: o senhor constatou se realmente foi feito esse parto lá em Candeias do Jamari? A segunda pergunta: o senhor constatou se realmente foi dada entrada no Hospital Cosme e Damião? Terceira pergunta: o senhor constatou se essa criança saiu do Cosme e Damião para dar entrada no *Regina Pacis*? Quarta pergunta: foi dada entrada no *Regina Pacis*? Quinta pergunta: se essa criança, pelo que o senhor apurou, existe essas duas pessoas, tanto essa enfermeira como essa médica, se existe, se essa criança, que segundo a médica falou para a avó que já tinha morrido, por que, depois que morreu, ser transferida para o Hospital de

Base? E última pergunta é se deu entrada ou não essa criança no Hospital de Base.

Era isso que eu queria tentar aí contribuir com vocês. Obrigado.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Eu só queria, Deputado Ribamar, dizer o seguinte: quando nós convocamos aqui, convidamos também o Secretário Pimentel aqui, no dia que nós fizemos o Requerimento e os Deputados aprovaram, é que todos, o que foi discutido aqui, no dia, é que todos que estavam envolvidos na história e que foi responsabilidade que estivessem aqui para dar explicação. Essa questão que eu acredito que não tem nenhum problema, a presença do pessoal da Saúde aqui, se não contribuir também não vai atrapalhar, eu acredito que não vai atrapalhar. Mas o importante aqui, eu acho que é isso, é a gente sair daqui... Porque, Dr. Ribamar, esse caso, se não fosse, talvez, a TV Candelária, o repórter da TV Candelária que está dando cobertura e que nunca deixou isso quieto, nós nem saberíamos. O que vem acontecendo de coisas nesses hospitais públicos aqui, de absurdo, eu não sei se não já sumiram outras crianças, daí e com certeza se não vai sumir mais daqui para frente. É isso que a gente está fazendo, essa questão do Estado, o Estado não está dando atenção à família, atenção nenhuma, nunca deu e não está dando.

Mas aqui, a intenção da gente hoje aqui é isso, é para que o Estado cumpra o seu papel porque essa criança sumiu da mão do Estado e o Estado tem que dar resposta. Tem que entregar o corpo, tem que entregar a criança viva ou no mínimo dizer assim: - *Não, sequestraram a criança, levaram para a China, para o Japão, fizeram qualquer coisa.* Mas não pode ficar, nós não podemos deixar passar batido. Um caso desses em São Paulo, o Datena e aquele cara lá da Record ficava oito horas no ar sacaneando, esculhambando o Governo, os Secretários, esculhambando todo mundo. Aqui ninguém fica nem sabendo. Nós não sabíamos, os Deputados não sabiam. Fiquei sabendo por acaso desse assunto.

Agora, vamos passar a palavra para o Dr. Pedro Mancebo ou pode ser o nosso Secretário, Dr. Reis. O importante aqui é a gente ser bem objetivo, porque se tem coisa que a gente não deve fazer é nunca fazer politicagem ou tentar tirar vantagem em cima de coisas tão trágicas, de coisas como essa. Vamos tentar ser bem objetivo no sentido de dar a resposta, Dr. Reis.

O SR. ANTÔNIO CARLOS DOS REIS – Boa tarde a todos. Queria cumprimentar o Deputado Hermínio, Presidente desta Casa; o Deputado Lebrão, por meio de quem eu cumprimento todos os Deputados aqui; ao Dr. Pimentel, Secretário de Saúde, por meio também, cumprimento também toda a equipe dele aqui presente; Dr. Pedro Mancebo; Dr. Marco Antônio que está ali no Plenário; o Prefeito Jesualdo também; senhoras e senhores.

Bem, eu queria começar minha fala dizendo que há também uma indignação por parte da Segurança Pública com o fato dessa natureza. E é por isso que eu quero garantir e empenhar minha palavra, da Segurança Pública, como representante da Segurança Pública, de que esse caso não

está e não estará, em momento algum, na vala comum, muito pelo contrário, desde o dia 24, em que nós fomos procurados pela Secretaria de Saúde para que déssemos alguns encaminhamentos ou que pudéssemos tomar efetiva notícia desse fato, nós determinamos que a Polícia Civil iniciasse imediatamente os trabalhos e assim tem sido. Desde aquele momento, eu até quero citar que nesse longo feriado, que acaba atrapalhando às vezes muito o trabalho nosso, na sexta-feira à tarde eu estava reunido, me encontrei com o chefe de investigação para tratar de alguns assuntos desse caso especificamente, e o Dr. Pedro tão logo foi acionado também garantiu que acompanharia de perto todo trabalho desempenhado pela Delegacia de Proteção à Criança e Adolescência.

Então, quero dizer que há uma sensibilidade muito grande, isso depende muito também dessa sensibilidade por parte do policial, ele tem que ter essa preocupação em dar resposta à sociedade, é um caso grave que merece atenção, e a Polícia Civil como a Polícia Militar também, Deputado Hermínio, tem demonstrado o quanto trabalha, a Polícia Civil em casos emblemáticos demonstrou o quanto é eficiente na apuração de fatos. Posso citar o caso do Pietro que estava desaparecido, não se sabia exatamente, é obviamente que houve uma demora, não era o tempo que a gente queria para dar resposta para a sociedade, mas nós fomos lá e descobrimos o quê que efetivamente aconteceu com aquela criança, eu não vou precisar aqui ficar repetindo porque todos já sabem o desfecho lamentável daquele caso. Então, eu quero dizer para os senhores de que a Segurança Pública tem envidado todos os esforços para que este caso também seja esclarecido o mais breve possível, e não só com o apoio da delegacia propriamente dita, mas também com a nossa Inteligência que também está envolvida no caso. Temos muitas diligências sendo realizadas, já fizemos vários depoimentos que o Dr. Pedro no momento oportuno aqui vai poder fazer uso da palavra, vai detalhar melhor o inquérito policial, mas eu quero dizer que vários depoimentos foram colhidos, está havendo cruzamento de informações, estão sendo analisados vários documentos, imagens de alguns locais em que se conseguiu, então temos muita coisa para fazer, temos muitas dúvidas, Deputado Ribamar, a serem esclarecidas e é esse o nosso papel, esse é o papel da investigação, esclarecer as dúvidas para se chegar ao fim.

Então, eu quero lhe garantir que todas essas perguntas que o senhor fez elas estão dentro de um contexto, sim, e esse contexto, como eu lhe falei, é para se chegar lá na frente a uma resposta rápida, não só para a família, que a gente sente pelo que ela está passando, não tenha dúvida disso, mas também para a própria sociedade que fica se sentindo insegura quando acontecem fatos dessa natureza.

Então eu quero deixar aqui o empenho por parte da Secretaria de Segurança Pública e que ela dará todo suporte necessário à Polícia Civil para que a gente encontre logo, logo uma solução para esse caso. Então, muito obrigado e estou aqui à disposição para qualquer pergunta.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Passar para o Diretor Geral da Polícia Civil, Dr. Pedro. Quem quiser usar a tribuna, como no caso o Dr. Pedro, pode ficar à vontade.

O SR. PEDRO MANCEBO – Boa tarde a todos. Gostaria de cumprimentar o nosso Presidente da Assembleia, Deputado Hermínio; Deputado Lebrão; Secretário, nosso Secretário de Segurança Pública, Dr. Reis, e da Saúde, Dr. Pimentel; os diretores do HB e do *Regina Pacis*; Srs. Deputados, nosso Chefe da Casa Civil; Prefeito de Ji-Paraná; senhores e senhoras, avó e mãe da vítima Nícolas.

Com relação à investigação criminal, ela teve início no dia 24 e em razão do chamamento da Secretaria de Saúde, Dr. Pimentel, o Delegado Samir foi com uma equipe para o HB e dali iniciou as investigações. Como era um sábado, o inquérito foi instaurado no dia 27, por consequência disso, agora no sábado, dia 27, vence 30 dias que é prazo que a autoridade tem para apurar casos de réu solto. Como ainda não existe figura de réus, mas dentro do inquérito já existem pessoas indiciadas, e eu vou esclarecer aqui, então trata-se de réu solto, por isso tem 30 dias e esses 30 dias podem ser prorrogados.

Trazendo o fato desde o início, como o Deputado Ribamar pediu, a notícia que temos em razão dos depoimentos é que a mãe saiu de Cujubim já com indicação de que o parto deveria vir para Porto Velho, foi questionado pela família por que não em Ariquemes. E foi respondido pelo médico do local que em Porto Velho daria melhores condições, até porque seria prematuro, então vieram para Porto Velho e no caminho houve sinais de que o parto poderia ocorrer e por isso as pessoas que acompanhavam na ambulância fizeram contato com o posto de saúde de Candeias e constataram que lá havia dois médicos e então eles foram até o posto de saúde e lá houve o parto dentro do posto de saúde, não dentro da ambulância. Então a criança nasceu, e como retratam as fotos, houve sim um parto de uma criança ali naquele momento sadia e que vislumbrou toda aquela felicidade de todas as pessoas que estavam no posto de saúde. Porém o médico preocupado com o nascimento prematuro e com o pulmão um pouco fraco em razão desse nascimento prematuro, se deslocou juntamente na ambulância até a capital. Então ele acompanhou justamente porque ele sentiu que havia uma certa preocupação. Esse mesmo médico disse que a criança durante o trajeto sofreu uma parada cardíaca, uma parada respiratória, desculpa, e ele prestou socorro e chegou ao hospital já recomendando que essa criança fosse entubada e essa criança chegou a ir para o Cosme e Damião. No Cosme e Damião, como não tinha vaga suficiente para atender mais crianças que estavam chegando, entre elas o Nícolas, então foi sugerido pelo Dr. Nilton, diretor do hospital, que encaminhasse a criança lá para o *Regina Pacis* e assim foi feito.

Essa criança saiu do Cosme e Damião para o *Regina Pacis* onde lá teve assistência médica e ficou entubada justamente por causa desse problema respiratório. Segundo a médica do hospital *Regina Pacis*, essa criança ali dentro do *Regina Pacis* sofreu mais duas novas paradas, certo, e às 18:00 horas veio a falecer.

Então, essa seria a trajetória que veio aos autos, veio no inquérito policial, informações médicas, ou seja, informação do médico de Candeias e informação da médica do hospital *Regina Pacis*. Do Cosme e Damião para o hospital *Regina Pacis* nós temos também nos autos que consta um acompanhamento,

inclusive com médico, uma médica que foi acompanhando até o *Regina Pacis*. Então essa criança teve assistência durante todo esse período, e segundo relatam os autos, teve duas paradas cardíacas e veio a óbito, porém no óbito foram colocadas informações que a delegada constatou que não condizem com a verdade, certo? Um dos motivos que está lá do óbito da criança, foi o fato de ter sido, como primeiro motivo, parto na ambulância, no caso o nascimento na ambulância, isso não condiz com nenhuma das informações que vieram aos autos. Então, a delegada, sim, tomou providências com relação a isso, ou seja, o artigo 299 do Código Penal fala que é falsidade ideológica você inserir em documento público informações que não condizem com a verdade. Então, a médica foi indiciada e a enfermeira em razão de ter colocado situações também em que a avó estaria no local, quando estaria em outro, que não bate com os documentos e com os depoimentos, como também a enfermeira, que não é Jeane, é Diana, foi também indiciada. Então, já existem duas pessoas indicadas nos autos, mas não pelo fato em si, e sim pela falsidade ideológica, ou seja, trazer à Polícia informações que não condiziam com a verdade.

Todas as investigações estão sendo realizadas; todo tipo de informações necessárias estão sendo buscadas, e eu digo aqui que o Dr. Pimentel, Dr. Nilton, têm colaborado, têm aberto para a Polícia Civil, o *Regina Pacis* também aberto, inclusive acesso a todos os meios, fichas que puderam vir aos autos foram buscados pela delegada que preside os autos, que é a Dra. Noélia. Então, ela, com muita paciência, tem feito reinquirições, a avó mesmo que esteve aqui hoje falando no início, ela foi uma das primeiras a ser ouvida, já foi reinquirida justamente para ver e fazer as contradições, verificando as contradições nos autos, ela foi ouvida justamente para trazer fatos novos ou confirmar situações anteriores. Então, a delegada já ouviu vinte e quatro pessoas e já reinquiriu algumas dessas pessoas. Então, a investigação, ela está bem adiantada, ela está, eu digo assim com bastante cautela em razão de haver dois rumos nessa investigação. Nós temos pessoas que atestaram que essa criança teve três paradas respiratórias, nós temos um atestado de óbito, são documentos públicos, até que se prove ao contrário são verdadeiros. Então, nós temos que seguir a linha de que essa criança faleceu, ou seja, a criança morreu, mas o corpo não apareceu. Então, nós não podemos descartar e seguir a linha da criança viva, e a criança viva pode não ter chegado ao Hospital de Base, ela saiu do *Regina Pacis*, porque a avó viu a criança. Agora, saiu do Hospital de Base, da forma que saiu, isso está nos autos, é público, a imprensa já divulgou, no hospital só chegou o quê? Segundo as informações das pessoas, inclusive que prestaram depoimento, o lençol que embrulhava a criança, e não o corpo. Então, baseado nisso aí, a Polícia segue duas linhas de raciocínio. Nós temos hoje duas equipes trabalhando dentro da DPCA, uma seguindo a linha que acredita, porque nós temos policiais que acreditam que essa criança morreu, então eles seguem essa linha de raciocínio, e têm policiais que já pensam que não, essa criança está viva e pode ter saído dali, pode ter sido vendida, pode ter tomado outro rumo, então tem duas pessoas também com essa linha de raciocínio, ou seja, são duas equipes, cada uma trabalhando num rumo de investigação.

Então, a Polícia, ela está no rumo da criança viva ou no rumo da criança morta, as duas hipóteses estão sendo bastante averiguadas. Os indiciamentos, como eu falei, simplesmente para mostrar que a investigação está tendo o rigor que deve ter, ou seja, a pessoa ir lá para brincar com a Polícia, nós não estamos aceitando, não, ou seja, vai lá para falar coisas só para dizer: “*Não, eu já prestei meu depoimento, estou livre disso*”. Não, não está livre, não, prestou o depoimento, não falou a verdade, a delegada já mostrou que está sendo bem severa nesse sentido aí e já fez dois indiciamentos, ou seja, as pessoas que vão prestar os seus depoimentos são compromissadas na forma da lei e concorrem para o crime de falsidade ideológica e também o falso testemunho. Então, nesse ponto, ela está bastante rigorosa.

O Dr. Reis, levantou aqui uma situação que eu faço questão de levantar de novo, é o caso do Arthur Pietro, é uma criança que nós viemos aqui, inclusive em uma audiência pública aqui na Assembleia, para esclarecer sobre o desaparecimento dessa criança, e, inclusive, familiares estavam aqui e ao final, ao final de uma longa espera, a população cobrando, imprensa cobrando, a polícia veio e trouxe à tona o desfecho do crime, ou seja, os próprios pais é que tinham matado a criança e desaparecido com ela. Nós temos aí o caso Naiara, que demorou, mas foi resolvido. E eu digo para a família, não percam a esperança, não, nós temos esperança, nós queremos e vocês podem ter certeza, não é só a polícia que quer, não, porque a maior propaganda, o maior sucesso de toda essa investigação será para a Secretaria de Saúde, que com certeza demonstrou desde seu início uma imensa preocupação, e a Polícia tem agido com o coração, pode ter certeza, porque ninguém, a gente se comove com o depoimento da avó, porque ninguém aceita isso, ninguém aceita perder um filho e não poder, se fosse o caso, como a avó bem disse, se fosse o caso a vontade de Deus, poder fazer um enterro digno, mas eu não descarto nenhuma das duas hipóteses, e peço paciência, peço que acreditem que a Polícia vai fazer esse trabalho e vai chegar a esse resultado com êxito. Obrigado.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Eu acho que agora com a fala do nosso Secretário de Segurança, do Pimentel e do nosso Diretor da Polícia Civil, eu acho que a questão da *Regina Pacis*, *Regina Pacis* tem que se explicar lá na questão da investigação.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Questão de Ordem, Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Eu desde do começo tenho acompanhado, inclusive liguei para o Secretário de Segurança, liguei para a delegada duas vezes, falei várias vezes com eles. Mas uma dúvida que surgiu é também sobre por que na *Regina Pacis*, quando falece normalmente, a funerária vai lá buscar. Eu me informei com várias funerárias, normalmente não é transportado no Hospital de Base, a própria família contrata, a funerária vai lá buscar na própria *Regina Pacis*, e não transportar para lá. Eu acho estranho isso porque pela lógica normalmente é a funerária que pega.

Outra, lá no Hospital de Base que é tanta gente, tantos fatos, tantas crianças, tantas pessoas que falecem e entram na câmara fria, porque que na entrada da câmara fria não tem ninguém que recebe esse corpo, examina e dá ok que recebeu? Porque se existe essa pessoa para fazer isso, que teria que ser de praxe isso, receber o corpo e a funerária quando vai buscar leva documento e retira o corpo. Então por que se fez, e por que se ele não fez, por que ele não fez? E essa questão das funerárias que eu falei, várias funerárias, normalmente quando acontece, eles vão ao próprio hospital e buscam e não precisa transportar para o Hospital de Base e a própria família já estava preocupada já buscando essa alternativa. Obrigado.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Eu acho que nós já podemos abrir já para os Deputados, o Deputado Adelino já fez.

O SR. NILSON CARDOSO PANIAGUA – Boa tarde, Senhores Deputados.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – O Senhor é o Diretor do Hospital de Base?

O SR. NILSON CARDOSO PANIAGUA – Do Hospital de Base. Só vou dar uma explicação para o Deputado, que esse paciente ele é do SUS, e então é responsabilidade do Estado dar toda a assistência, principalmente sabendo que essa família não tinha condições de fazer o enterro dessa criança. Então, outro fato é que a *Regina Pacis* não possui câmara fria, o único hospital da cidade que tem a câmara fria é o Hospital de Base. Então, todos os pacientes do João Paulo, CEMETRON, hospitais, vão para o Hospital de Base. Então, é praxe receber porque não existe outra câmara fria na cidade, tem que se aguardar o enterro que pode demorar mais de dias, está certo? Então, por isso que foi orientado que essa criança fosse para o Hospital de Base, porque não tinha câmara fria no *Regina Pacis* e porque é um paciente do SUS. Então, é responsabilidade nossa, sim.

O SR. EUCLIDES MACIEL – Presidente, a mãe quer falar alguma coisa, responder.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não.

A SRA. MACIELE NAITZ – Gostaria de pedir licença para o Senhor Nilson, mas a gente, tipo assim, a gente não é rico, mas a gente tem condições, porque até o enterro do meu filho já estava pago quando a funerária foi buscar. Então, o SUS não estava pagando nem o enterro para ele. Eu vim para cá só porque me falaram que aqui era o melhor hospital neonatal para ter um bebê. Como o meu bebê era prematuro, então eu nem tinha intenção de vir para cá para ganhar o neném, eu ia ganhar o neném lá em Ariquemes, lá no hospital até particular, entendeu? Eu não tenho, ninguém me ofereceu nenhuma, digamos assim, ajuda para fazer o velório do meu filho, pois eu paguei todinho e a funerária fez o reembolso para mim. Só isso que eu queria falar para o senhor, que ninguém me ajudou em nada.

A SRA. IRENILDA NAITZ – Ninguém não é SUS, não.

O SR. EUCLIDES MACIEL – Presidente, fazer uma colocação também, Presidente, que nós ouvimos o Dr. Reis, o Secretário de Segurança, o Secretário Pimentel e o Dr. Pedro Mancebo, Diretor da Polícia Civil. Agora, já que foi feito esse convite para que pudéssemos estar a par de tudo o que está acontecendo, que como o próprio Presidente disse, às vezes passa alheio, e por intermédio de um órgão de comunicação, uma TV, rádio ou jornal é que se fica sabendo, senão ficava no anonimato, que pudesse, Presidente, sair daqui pelo menos, porque ouvindo o Secretário, ou os Secretários, eu não consegui entender, de repente foi que posição a mãe e a avó vão sair daqui, levar, sabendo o quê? Que estão apurando e vão dar resposta ou vai ficar só assim? Porque hoje são 32 dias, 32 dias, elas vieram aqui para ouvir isso, eu ouvi os Secretários atentamente e não pude ver se tinha, se tem uma previsão, se já tem um trabalho, já tem pelo menos uma meta: é lá que está o problema, essa criança está viva. Nem isso a Polícia Civil, o Dr. Reis ainda pode falar se ela está viva ou não, pelo menos essa colocação que eu queria saber, pelo menos, um diz que não está, outro diz que está, chegou esse noticiário que a criança tinha sido incinerada, saiu essa notícia, saiu essa notícia, a mãe está aqui e a avó também, saiu a notícia que tinham incinerado a criança, quer dizer, para uma avó e para uma mãe saber que aconteceu isso com o filho arreventou a família, nós estamos acompanhando.

Então, se o senhor pudesse dar uma resposta, que a mãe e a avó que vieram de lá até aqui, mais um sofrimento para rever tudo isso de novo, que pelo menos elas levem uma resposta, nós vamos elucidar esse caso, elas querem saber disso, está bom, Secretário? Obrigado.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – O Dr. Reis vai responder.

O SR. ANTÔNIO CARLOS DOS REIS – Eu reitero a minha fala dizendo, Deputado, que esse caso não ficará e não cairá numa vala comum como tantos outros inquéritos, que às vezes existem essas possibilidades de dificuldades de esclarecimentos, existem casos que praticamente são elucidados, não tem como você esclarecer. Esse caso, há um empenho efetivo por parte da Polícia Civil, desde aquele primeiro dia, desde o dia 24, para buscar esse esclarecimento. Nós temos, como bem esclareceu o Dr. Pedro, temos 30 dias inicialmente para encerrar o Inquérito Policial, mesmo que haja esse prazo encerrado nós vamos pedir prorrogação e nós vamos continuar trabalhando até que haja esclarecimento do fato, isso é garantido.

O SR. EUCLIDES MACIEL – Já tem alguma pista, doutor?

O SR. ANTÔNIO CARLOS DOS REIS – Obviamente. O que determina as linhas de investigação são as circunstâncias e nós temos várias a serem pontuadas, temos vários caminhos a serem abordados, como bem lembrou o Deputado Ribamar nos questionamentos dele. Nós temos algumas dúvidas que serão esclarecidas e aí, a partir desse momento, que nós chegaremos à conclusão do fato.

Então, eu quero reafirmar à família, à mãe, à avó de que esse caso será tratado com a devida necessidade. Está certo que a Polícia vai trabalhar com empenho para esclarecer isso aí, eu quero reafirmar, em que pese alguns questionamentos, algumas críticas que fazem à Segurança Pública e à própria Polícia como um todo, eu quero dizer que nós temos um grau de resolutividade de crime muito grande se compararmos com outros Estados do País. Então, eu quero dizer que esse também será um caso que será elucidado, é a nossa obrigação, não só de vir aqui para prestar o esclarecimento, mas também de fazer com que o fato seja esclarecido. Eu me empenharei como também a direção geral para que esse fato não fique como tantos outros que às vezes ficam parados numa Delegacia.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Senhor Presidente, Questão de Ordem?

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Só para responder uma pergunta que foi respondida e a outra não. Se existe um protocolo, se existe um recebimento lá na câmara fria quando entrega, se alguém recebeu, se não recebeu, se existe isso de praxe, o Diretor do Hospital ou o Secretário de Saúde pudesse explicar sobre essa questão que foi questionada por pessoas.

O SR. NILSON CARDOSO PANIAGUA – Existe sim. Existem relatos num livro de protocolos que essa criança chegou, assinatura da enfermeira, o horário que chegou.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Confirmando que recebeu?

O SR. NILSON CARDOSO PANIAGUA - Confirmando sim, existe isso aí. E temos feito tudo isso e estamos fazendo mais ainda, estamos ficando mais rigorosos na fiscalização, estamos tomando medidas, assim, como se diz, rápidas para que isso não aconteça novamente. Nós estamos investindo em segurança dentro do hospital.

O SR. WILLIAMES PIMENTEL – Só um minutinho. Só para completar, Deputado, com todo respeito, Dr. Nilson, a sala onde fica a câmara fria, ela é chaveada, ela é trancada com um comando que só abre para o caso de colocação e retirada de corpos.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Há informação, Diretor do Hospital de Base, que a informação que chegou aqui para nós que o vigilante do HB disse que esse corpo não chegou ao hospital, o vigilante que é responsável lá pela... disse que o corpo, também eu queria, estou fazendo muita pergunta para o senhor, o que o senhor diz do traslado do Hospital *Regina Pacis* para o Hospital de Base? E se é normal quando falece a criança não deixar os familiares verem o corpo? E se é normal o médico atestar óbito de uma criança dentro de uma ambulância, se ela faleceu no Hospital *Regina Pacis*? Essas são as perguntas que são tão óbvias, é uma história mal contada demais. Eu aqui falando, quando se fala o seguinte, isso é

questão de Polícia, como o Deputado Ribamar falou, e é caso de Polícia. Mas o caso de Polícia, a nossa Polícia é que vai investigar e vai, mas nós temos um caso político, nós, Deputados, temos que responsabilizar o Estado. Há poucos dias morreram lá quatorze crianças e ninguém sabe o porquê. Lá toda hora acontece... Porque imaginem o que a gente não sabe, o que acontece nesses hospitais públicos aqui e a gente não sabe. E isso nós, Deputados, temos responsabilidade sim, nós temos que responsabilizar o Governo, o Estado, qual é a atenção que o Estado está dando para a mãe e para a avó, à família do Nicolas? Qual é a atenção de profissionais para isso, porque não é fácil a avó e a mãe ficarem numa situação dessas, de apoio moral, de apoio de saúde, o que elas precisam também, apoio de pessoas, que a mãe e a avó ficam perdidas numa situação dessas. E estão aqui jogadas, como a própria avó falou e o Estado não está dando atenção nenhuma.

Por isso, Pimentel, que é importante, que a gente vê os avanços, tem alguns avanços, mas não adianta avançar e acontecer uma barbaridade dessas dentro de um hospital nosso. É isso que a gente tem que ver, é isso que nós aqui não podemos deixar passar batido, é a responsabilidade do Estado. O responsável 100% pela criança é o Estado, e nós, como Deputados, nós temos, sim, de pedir para a nossa Polícia investigar e colocar os culpados na cadeia ou coisa parecida, e nós temos, mesmo assim, nós temos que responsabilizar o Estado por ser negligente, por deixar a vida das pessoas desaparecerem da mão deles. Fale, Deputado Cláudio, e depois o Deputado Edvaldo.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO - Senhor Presidente, mesmo sabendo da morosidade do que é o inquérito policial, é um caso diferenciado, porque há possibilidade dessa criança estar viva e assim sendo é possível de quem fez toda essa lambança aí, cada minuto que se passar a tendência é de demorar e ter mais dificuldade para encontrar essa criança. Por isso que tem essa dificuldade do tempo. Não é só pela dor da mãe, da avó, da demora, mas sim da possibilidade de estar viva, a dificuldade que vai ter para encontrar essa criança. E aqui conversando com a mãe e a avó, elas dizem que não receberam nenhuma assistência do Estado, mesmo sendo de outro município, ninguém sabe a circunstância que elas estão aqui na nossa cidade. Eu peço ao Secretário Pimentel e toda a equipe do Governo que vejam uma maneira de auxiliar essa família, que se não bastasse a angústia e a dor, ninguém sabe sequer as condições que elas têm para ficar aqui na cidade, longe de seus familiares, de sua residência.

E um fato que eu só questiono, uma questão seguinte: se saiu do *Regina Pacis* uma equipe com um suposto corpo e não deu entrada, ou se deu tem que ver, porque está aí, alguém levou, alguém é responsável. Alguém recebeu, esse alguém é responsável. Então, essa investigação, mesmo tendo vários ângulos de dificuldade para se investigar, não é tanta gente, é uma equipe que levou e a que recebeu. Então, tem que comprovar se levou e quem recebeu, por que é que não está lá? E o fato estranho que todos perguntam: por que a avó não teve acesso a ver essa criança morta? É estranho.

O SR. EDVALDO SOARES – Questão de Ordem, senhor Presidente?

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não, Deputado Edvaldo, pode falar.

O SR. EDVALDO SOARES - Ouvindo atentamente tudo que foi dito aqui pelos Secretários, pela Polícia, representantes da Polícia, a gente percebe que há interesse muito grande por parte do Secretário e da Polícia em elucidar esse fato, senhor Presidente. Eu apenas quero deixar aqui registrada a minha indignação pelo acontecimento, e eu, vindo para cá, recebi a ligação da minha esposa, disse que ela está entrando em trabalho de parto e se um caso desses acontecesse com a gente, certamente nos desestruturaria por completo. Quero me solidarizar com a mãe, com a avó, enquanto a avó falava ali, eu não me contive aqui exatamente pensando no caso se acontecesse comigo. Agora, gostaria também de parabenizar os Secretários, porque nós que estamos aqui, neste momento, na Assembleia Legislativa, debatendo esse tema que é de tamanha importância, temos servidores que em alguns lugares estão trabalhando e nós não temos nenhum controle do que estão fazendo neste momento.

Então, Secretário, apenas para dizer que confio no seu trabalho, acredito na sua pessoa, acredito no trabalho da Polícia, mas deixar registrado aqui para a avó que nós, como Deputados Estaduais do Estado de Rondônia, vamos acompanhar de perto esse caso. E como disse aqui o Secretário Reis, não será jogado na vala comum. Para mim, essa resposta é tudo, ou seja, será elucidado esse fato. E fazer um pedido ao Dr. Marco Antônio, não sei se está aqui ainda, que o Governo veja o que a mãe e a avó estão precisando de apoio, porque em algum momento aqui a mãe disse que não precisaria nem do hospital público, ela teria como pagar um hospital particular, mas que nesse momento que está longe de casa, o que elas estiverem precisando que o Governo possa estar colaborando, contribuindo, dando esse apoio. São essas as minhas palavras.

Eu acredito na Polícia, eu acredito no Secretário Pimentel, eu acredito no Governo e tenho certeza de que esse caso será elucidado. Obrigado.

O SR. EUCLIDES MACIEL – Presidente, só uma colocação ao Secretário, pelo seguinte: nós estávamos vendo aqui, conversando com a avó e ouvindo de pessoas, todos que ouviram o relato da avó, é que nós não tivemos acesso ao que foi falado na Polícia e nem na Secretaria nessa diligência. Todos querem saber, talvez a pergunta que eu vou fazer, e essa enfermeira Diana que entrou com a criança, estava com a criança, essa mulher não sabe da criança, doutor? Então, eu acho que essa enfermeira tem que saber, porque se ela entrou com a criança ao lado da avó, que a avó acabou de dizer, essa mulher é testemunha chave e ela é lá do hospital. Então, eu acho que essa Diana tem que falar alguma coisa. Talvez ela já tenha falado e a gente não saiba, mas por mim a chave está aí. A chave está aí e é impossível que uma mulher que diz que a própria avó, do lado da avó, entrou com a criança, depois a criança sumiu, como é que a enfermeira não sabe mais de nada? A pergunta é: essa mulher já foi ouvida, essa enfermeira já foi ouvida? E ela falou o quê?

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Dr. Pedro, eu só queria, que segundo informação também, que é lógico que

esse vigilante também deve estar prestando depoimento e contribuindo com a Polícia, é que 19 horas e 15 minutos foi mais ou menos a hora da entrega do suposto corpo que a enfermeira entregou para o vigilante lá no Hospital de Base, colocou lá na câmara fria. E logo em seguida o vigilante fechou, trancou no cadeado. Aí, no outro dia, que foram abrir, lá só estavam toalhas, só os panos, a criança não estava. De qualquer forma, muitas coisas que eu ouvi o Deputado Ribamar falar, vou citar de novo o que o Deputado Ribamar falou, caso de Polícia. Infelizmente, caso de Polícia neste Estado tem toda hora, uns mais bravos do que outros, com cada um, mas, infelizmente. Mas o que é que acontece hoje? É como eu falei para vocês, não tem como nós não responsabilizarmos, a Polícia tem que fazer o papel dela que é pegar os criminosos, investigar e ver quem cometeu o crime e punir, e a nós cabe, Pimentel, é lógico que nós temos que melhorar cada vez mais, porque não dá para trabalhar desse jeito, enfermeira, essa história dá para a gente, pelo menos que essa história sirva para tirar proveito das coisas ruins para tentar ver se não acontece com outras crianças, a fragilidade que se tem de acontecer coisas bárbaras aqui no nosso Estado.

Primeiro, eu tenho uma esperança muito grande, avó e mãe, que o Nicolas está vivo, eu tenho esperança muito grande que ele está vivo e que a polícia vai descobrir e vai pegar, mas mesmo assim a responsabilidade nossa com o Estado nós não podemos abrir, nós não podemos deixar de cobrar e de responsabilizar o Estado por mais um fato que acontece das mãos dele e a gente deixar passar isso em branco. O que eu quero é isso, primeiro, que a gente descubra onde o Nicolas está, e, segundo, é que a gente venha punir o Estado por alguma coisa, que nunca foi punido. É por isso que os governantes aqui ficam todos à vontade porque nunca ninguém é responsabilizado por nada, tudo se passa a mão na cabeça dos governantes e fica por isso mesmo, e a gente tem que tirar pelo menos isso, essa lição do Nicolas, que não venha acontecer isso novamente com outras pessoas nos nossos hospitais ou maternidades.

A SRA. GLAUCIONE – Sr. Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não, Deputada.

A SRA. GLAUCIONE – Eu também quero deixar a minha fala aqui, cumprimentar nossas autoridades, principalmente que é um caso de polícia, nossos representantes da Segurança do Estado. Cumprimentar a mãe, a avó, dizer também que ouvi atentamente a fala da avó, sou mãe, confesso para a senhora que fiz o mesmo que a senhora, tive que engolir aqui porque senão a gente realmente se emociona e começa a chorar, é um caso triste, e vocês fizeram bem de trazer à tona, trazer aqui na Assembleia Legislativa, que é a casa do povo, é o lugar de discutir problemas. Porém entendemos também, Presidente, que caso de polícia muitas vezes nem tudo, Dr. Mancebo, pode ser dito aqui, pode ser falado aqui porque a Polícia tem as suas técnicas, tem a sua estratégia e se de repente a Polícia está à busca ali e alguma técnica é externada, vai desmoralizar o trabalho da Polícia e nós não queremos isso.

Mas foi muito bom vocês trazerem, esta Casa vai estar apoiando, nós confiamos no trabalho da Polícia do nosso Estado

de Rondônia e eu tenho certeza que em breve vocês terão resultados, resposta a essa situação, porque o Estado não vai calar, Dr. Mancebo, nós não vamos esquecer enquanto nós não tivermos, Dr. Reis, uma resposta. Mas nós confiamos em vocês e sabemos que muitas técnicas e estratégias vocês não vão poder externar aqui hoje para não prejudicar o trabalho que vocês estão à busca. Mas muito obrigada pela presença de vocês e vocês podem aguardar atentamente que eu tenho certeza que em breve teremos uma resposta.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado, Deputada Glaucione. O Dr. Pedro já vai falar. O Deputado Euclides citou aqui a questão de acompanhamento das Comissões e o Euclides é da Comissão de Direitos Humanos e não tem problema nenhum se a Assembleia quiser fazer uma comissão para acompanhar, procurar contribuir de uma forma ou de outra no trabalho da própria Secretaria de Segurança também não tem problema nenhum não. E o nosso Secretário Pimentel, logo depois que terminar a reunião, nós vamos ter uma conversa com a mãe e com a avó no sentido de o Estado dar um apoio para a família. É muito importante para o Secretário, até elas vão contribuir também nessa investigação e no trabalho da Polícia.

O SR. PEDRO MANCEBO – Bom, só para acrescentar aqui, depois do início das investigações, a família já esteve com o Valdemar, no Gabinete do Governador. Nós conversamos com o Valdemar e com a família, nós estivemos no Ministério Público junto com a família e eu estive pessoalmente com a família na DPCA onde conversamos, inclusive presenciei o depoimento da avó.

Com relação à investigação, como disse a Deputada Glaucione, tem situações que nós não podemos adiantar aqui, que se adiantar aqui perde todo o rumo da investigação, e nem fazer juízo de valores. Com relação ao que, como foi citado aqui, por que a pessoa não disse, eu acho que cada um é livre para dizer, eu acho que a Polícia não pode forçar ninguém a dizer, todas as pessoas que a delegada tem dúvida no depoimento ou que tem que confrontar a verdade chama mais do que uma vez, assim como a avó é testemunha disso, porque ela mesma já deu dois depoimentos. Agora, se a pessoa falar duas, três vezes e ainda divergir nos depoimentos, tem outros meios que seria acareação para poder confrontar as informações e chegar à veracidade dela, e aí sim, como eu falei, a pessoa está sujeita a responder pela falsidade ideológica, pelo falso testemunho, tudo isso.

E outra, dentro da investigação e com a seriedade que o Governo quer que se faça, com certeza poderá ainda ser no rumo da investigação desmembrado, porque esse inquérito apura o caso Nicolas, mas dentro dos autos apurando irregularidades, faltas funcionais que caracterizam crime ainda pode ser encaminhado para a delegacia que apura crimes funcionais e ainda ser responsabilizado não nesse caso Nicolas, então vocês tenham a certeza que a seriedade desse trabalho é grande, a responsabilidade é grande. A gente até agradece e parabeniza a iniciativa da Assembleia de trazer à tona, porque nos empurra, nos fortalece para cada vez mais agir com a certeza de que nós temos que chegar a um resultado e é isso que nós vamos fazer.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Com a palavra Deputado Ribamar.

O SR. RIBAMAR ARAÚJO – Eu queria pedir aqui principalmente aos colegas Deputados que nós tenhamos o máximo de responsabilidade e de equilíbrio tanto nas nossas perguntas como nas nossas declarações para não colocar em situação ainda mais difícil do que está a situação dessa mãe e dessa avó. Eu não tenho nenhum elemento que pelo menos evidencie, nenhuma evidência que não existe por parte da Secretaria de Segurança e por parte da Secretaria de Saúde todo interesse de elucidar este caso, e eu queria que as pessoas, conhecendo a minha pessoa, sabendo do meu passado também, sabem que eu sempre me coloquei do lado da justiça e da verdade, por isso eu quero aqui pedir aos colegas esse equilíbrio para não colocar, repito, a mãe e a avó em situação cada vez mais difícil ou não colocar em dúvida um trabalho tão sério e uma preocupação tão grande que eu vejo tanto do Secretário Pimentel e seus assessores como da Secretaria de Segurança através dos dois representantes aqui.

Se tivesse algum elemento que pudesse levantar qualquer suspeita que uma dessas duas Secretarias estavam querendo esconder o caso, pode ter certeza que eu faria muito mais questionamento, eu seria muito mais incisivo. Mas eu não tenho dúvida, aqui garanto como Deputado para a mãe e para a avó que existe uma preocupação muito grande dessas duas Secretarias, da imprensa de um modo geral e nós Deputados temos, repito, ter bastante equilíbrio, bastante responsabilidade para, ao invés de proteger o povo, muitas vezes colocar o povo em situação ainda mais difícil. Essas são minhas palavras, termino aqui agradecendo aqui tanto a presença do Secretário Pimentel, Diretor do Hospital, da Maternidade e ao Secretário de Segurança e ao Doutor Mancebo, aqui pela presença e pelas palavras que tirou as nossas dúvidas. A vocês muito obrigado.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado, Deputado Ribamar Araújo. Nós vamos logo após o término da reunião, quero convidar a nossa mãe e avó para ter uma conversa com o nosso Secretário Pimentel, e até também com o nosso Secretário de Segurança, aqui na sala dos fundos do Plenário. E vamos encerrar esta reunião, esta Sessão, e eu acredito muito em Deus, e eu tenho uma esperança muito grande, então acredito em Deus, acredito na nossa Polícia e tenho esperança e a fé que Nicolas, logo, logo vai estar nos braços da mãe e da avó. Se isso acontecer, eu tenho certeza absoluta que eu penso que o Nicolas está vivo, e ele estando vivo a Polícia Civil e a nossa justiça de Rondônia, principalmente da Segurança Pública, vão encontrar o Nicolas.

Nós vamos encerrar, pedir para os Deputados continuarem no Plenário que nós vamos discutir e votar vários projetos de interesse do Estado, inclusive está aqui o nosso Prefeito, nosso companheiro Jesualdo Pires, que tem um projeto que está aqui na Casa, que é de grande interesse lá para o município de Ji-Paraná.

Obrigado a todos, quero agradecer aqui o Doutor Pimentel, nosso Secretário de Saúde, agradecer ao Doutor Pedro Mancebo, nosso Diretor da Polícia Civil, o Diretor Geral do Hospital de Base, Doutor Nilson Cardoso Paniagua, obrigado

ao Doutor Nilson, também do senhor Manuelito Tapajós que é Diretor do Financeiro do Centro Infantil da *Regina Pacis*, e do nosso Secretário de Segurança Pública o nosso Doutor Antônio Carlos dos Reis. Obrigado a todos. Vocês estão à vontade se quiserem deixar a Mesa, que nós vamos dar continuidade à nossa Sessão. Pedir para a mãe, a avó e para o nosso Secretário de Saúde e Segurança Pública para ficar na sala nos fundos do Plenário para que logo em seguida nós vamos fazer uma reuniãozinha pequena ali, para a gente discutir alguns detalhes. Dando continuidade à nossa Sessão Ordinária...

A SRA. CARMEM GON – Presidente, uma Questão de Ordem.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não, Deputada.

A SR. CARMEM GON – Só gostaria de pedir a Vossa Excelência para incluir na leitura e na Ordem do Dia.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Nós vamos suspender, Deputada Carmem, a Sessão por cinco minutos. Para nos despedirmos dos convidados e logo em seguida a gente volta.

(Às 18 horas suspende-se a Sessão reabre-se às 18 horas e 19 minutos).

O SR. EUCLIDES MACIEL (Presidente) – Está reaberta a Sessão.

A SRA. CARMEM GON – Presidente, eu gostaria de incluir na Ordem do Dia a leitura e a deliberação da Ordem do Dia de uma proposição, pode ser?

O SR. EUCLIDES MACIEL (Presidente) – Solicito ao Senhor Secretário proceder à leitura das matérias a serem apreciadas.

A SRA. CARMEM GON – Senhor Presidente, uma Questão de Ordem.

O SR. EUCLIDES MACIEL (Presidente) – Pois não, Deputada.

A SRA. CARMEM GON – Eu gostaria de incluir na leitura e deliberação da Ordem do Dia uma matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – REQUERIMENTO DA DEPUTADA CARMEM GON, deferido, requer que seja encaminhado Voto de Louvor aos Servidores da Assembleia Legislativa.

A SRA. GLAUCIONE – Presidente, uma Questão de Ordem.

O SR. EUCLIDES MACIEL (Presidente) – Pois não, Deputada.

A SRA. GLAUCIONE – Eu gostaria que retirasse um Requerimento de minha autoria para uma Sessão Solene no Município de Cacoal, para o dia 27, próxima sexta-feira. Eu gostaria que fosse retirado.

O SR. EUCLIDES MACIEL (Presidente) – Já foi deferido.

A SRA. GLAUCIONE – Presidente.

O SR. EUCLIDES MACIEL (Presidente) – Pois não.

A SRA. GLAUCIONE – Solicito, Presidente, também que seja feita a leitura do Projeto de Lei que declara de utilidade pública Associação dos Produtores Rurais da Estrada da Figueira km 7.

O SR. EUCLIDES MACIEL (Presidente) – Deferido também, Deputada.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI DA DEPUTADA GLAUCIONE, que declara de utilidade pública Associação dos Produtores Rurais da Estrada da Figueira km 07 – APREFIK, com sede no município de Espigão D'Oeste/RO.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA CARMEM GON, requer que seja encaminhado Voto de Louvor aos servidores da Assembleia Legislativa.

(Às 18 horas e 21 minutos o Senhor Euclides Maciel, passa a Presidência ao Senhor Hermínio Coelho).

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Em discussão. Não havendo quem queria discutir, em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – REQUERIMENTO DA DEPUTADA PROFESSORA STELLA, requer à Mesa Diretora a concessão Voto de Louvor para o Departamento de Comunicação Social da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia - DECOM.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Em discussão. Não havendo quem queria discutir, em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai ao Expediente.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – REQUERIMENTO DA DEPUTADA CARMEM GON, requer à Mesa Diretora, na forma regimental, “MOÇÃO DE APLAUSO” ao povo Evangélico do município de Jarú, pelas comemorações no dia 18 de junho de 2014 referente ao Dia do Evangélico.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Em discussão. Não havendo quem queria discutir, em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – REQUERIMENTO DA DEPUTADA CARMEM GON, requer à Mesa Diretora, na forma

regimental, “MOÇÃO DE APLAUSO” ao povo Católico do município de Jarú, pelas comemorações neste dia 24 de junho de 2014 ao Padroeiro São João Batista.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Em discussão. Não havendo quem queria discutir, em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – REQUERIMENTO DA DEPUTADA CARMEM GON, requer à Mesa Diretora, na forma regimental, “MOÇÃO DE APLAUSO” ao ESQUADRÃO DO BARRO no município de Jarú, pela presença na vida social e de eventos esportivos no município de Jarú.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Em discussão. Não havendo quem queria discutir, em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 208/14 DO TRIBUNAL DE CONTAS, extingue e cria unidades administrativas, cargos de chefia, direção e assessoramento e funções gratificadas, bem como altera dispositivos das Leis Complementares nº 658, de 13 de abril de 2012, nº 679, de 22 de agosto de 2012, nº 690, de 3 de dezembro de 2012 e dá outras providências.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Solicito ao Senhor Deputado Flávio que emita o parecer.

O SR. FLÁVIO LEMOS - Senhor Presidente, o Projeto de Lei nº 208/14 Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, que extingue e cria unidades administrativas, cargos de chefia, direção e assessoramento, funções gratificadas, bem como altera dispositivos das Leis Complementares nº 658, de 13 de abril de 2012, nº 679 de 22 de agosto de 2012, nº 690, de 3 de dezembro de 2012 e dá outras providências.

Senhor Presidente, de acordo com a regimentabilidade e constitucionalidade, sou favorável ao projeto.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Em discussão o parecer favorável do Deputado Flávio Lemos. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. *Está aprovado o parecer.*

Em 1ª discussão e votação o Projeto de Lei Complementar nº 208/14. Votação nominal, o painel já está à disposição.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	– sim
- Deputado Carmem Gon	- sim

- Deputado Claudio Carvalho	- ausente
- Deputado Edson Martins	- sim
- Deputado Edvaldo Soares	- sim
- Deputada Epifânia Barbosa	- ausente
- Deputado Euclides Maciel	- sim
- Deputado Flávio Lemos	- sim
- Deputada Glaucione	- sim
- Deputado Hermínio Coelho	- sim
- Deputado Jaques Testoni	- ausente
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Kaká Mendonça	- sim
- Deputado Lebrão	- sim
- Deputado Luiz Cláudio	- sim
- Deputado Luizinho Goebel	- sim
- Deputado Marcelino Tenório	– sim
- Deputado Maurão de Carvalho	– sim
- Deputado Neodi	- sim
- Deputada Prof. Stella	- sim
- Deputado Ribamar Araújo	- sim
- Deputado Saulo Moreira	- ausente
- Deputado Valdivino Tucura	- sim
- Deputado Zequinha Araújo	- sim

Votação encerrada. Projeto aprovado. Vai a 2ª discussão e votação.

Registrar a presença aqui do nosso Marco Antônio, Secretário da Casa Civil. Obrigado, Dr. Marco Antônio, pela presença.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO – Questão de Ordem, Presidente?

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO – Presidente Hermínio, eu queria aproveitar aqui para fazer um convite. Eu não vou poder participar até o final da Sessão, mas eu queria fazer um convite a todos os meus colegas Deputados, Deputado Neodi, independente de partido que vocês vão estar participando da convenção. O Prefeito Jesualdo, Dr. Marco, lá da Casa Civil, os servidores desta Casa, para participarem, Deputada Glaucione, Deputado Zequinha, Deputado Ribamar, para participarem da nossa convenção do PP. Nós vamos estar disputando lá uma vaga e todos os servidores eu quero cumprimentar em nome do Manvailer e convidar todos os servidores, a imprensa, para que nós... temos a nossa convenção no dia 29, vai ser às 14:00 horas e vocês estão convidados, todos os servidores que estão nos gabinetes, que estão nos ouvindo, na ULBRA, lá na ULBRA. Nós vamos estar disputando na convenção com a nossa concorrente do PL. Vão lá, eu quero vocês lá torcendo por mim. Obrigado.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Está bom, Deputado Maurão. Próxima matéria. Obrigado Deputado Maurão.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO – Ouviu, Presidente, Vossa Excelência está convidado para estar lá e dar uma palavra. O Deputado Neodi, eu vou participar da de vocês, Deputado

Ribamar, Deputada Stella, todos vocês, nós vamos estar lá disputando no voto.

A SRA. GLAUCIONE – Que dia que vai ser, Deputado?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO – Dia 29, no domingo.

A SRA. GLAUCIONE – A sua primeira eleição.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO – É o dia da convenção, como a Deputada Glaucione disse. Eu vou ter que ganhar a eleição duas vezes, não é Deputada Glaucione?

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado, Deputado Maurão. Quero dizer que eu estou torcendo por Vossa Excelência, que Vossa Excelência vença essa primeira etapa, vencendo essa disputa com o Cassol e que seja candidato para ter mais uma opção para o povo deste Estado votar. Eu não sei se vou, eu queria que o meu partido estivesse junto com Vossa Excelência para eu lhe ajudar e lhe apoiar, mas se não estiver, pelo menos torcer por Vossa Excelência, um torcedor tricolor, com certeza, pelo menos isso eu vou ficar na torcida para que o povo de Rondônia venha a ter uma opção a mais de voto.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO – Obrigado Presidente. O Deputado Lebrão, Vossa Excelência vai está com a sua convenção aqui que é do seu partido, mas assim que Vossa Excelência terminar, vá lá, que eu sei que a sua presença vai ser rápida, é só um partido, eu quero ver a presença de vocês lá.

O SR. LEBRÃO – Quero lhe desejar sucesso, Deputado Maurão, tenho certeza que Vossa Excelência vai vencer nessa convenção e sem dúvida nenhuma será o candidato ao Governador pelo PP. Desejo a Vossa Excelência sorte, mas aproveitando também para convidar a todos os servidores, todos os Deputados, independente de qualquer partido que também participem da convenção do PTN que será realizado no próximo domingo, a partir das 14:00 horas, também aqui na Assembleia Legislativa para que a gente possa definir os nossos candidatos a Deputados e nossos candidatos, teremos candidatos também a Deputado Federal e Senador da República.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO – Obrigado, Deputado Adelino, Deputada Carmem.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Amanhã é a última Sessão Ordinária, e nós votando tudo hoje, amanhã a Sessão vai ser só para isso, despedida do 1º semestre e já todo mundo convidando, porque todo mundo tem convenção até o final do mês. Vamos votar.

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 213/14 DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA. OFÍCIO Nº 837/2014, dispõe sobre a criação dos cargos de Assistente de Promotoria de Justiça para compor o Quadro Administrativo do Ministério Público do Estado de Rondônia.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Deputado Flávio, para emitir o parecer.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Presidente, Questão de Ordem?

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não, 30 segundos, Deputado Luizinho.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Eu queria só registrar a presença do nosso companheiro Jesualdo Pires, ex-Deputado, dizer que eu aprendi muito com ele nesta Casa e que com certeza hoje ele faz um trabalho fenomenal e fantástico no município de Ji-Paraná, e que muitos gestores, Prefeitos do Estado de Rondônia podem pegar uma escola com ele lá que com certeza vai ter sucesso. Parabéns e sucesso lá, Jesualdo.

O SR. EUCLIDES MACIEL – É que ele tem um bom Deputado.

O SR. FLÁVIO LEMOS – Sr. Presidente, o Projeto de Lei Complementar nº 213/14 do Ministério Público do Estado de Rondônia, Mensagem nº 837/14, dispõe sobre a criação dos cargos de Assistente de Promotoria de Justiça para compor o Quadro Administrativo do Ministério Público do Estado de Rondônia.

Sou favorável ao parecer, Senhor Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Em discussão e votação o parecer favorável do Deputado Flávio. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Deputados favoráveis permanecem como se encontram os contrários se manifestem. *Está aprovado o parecer.*

Em 1ª discussão e votação o Projeto de Lei Complementar nº 213/14 do Ministério Público do Estado de Rondônia.

Votação nominal, o painel já está aberto.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	– sim
- Deputado Carmem Gon	- sim
- Deputado Claudio Carvalho	- sim
- Deputado Edson Martins	- sim
- Deputado Edvaldo Soares	- sim
- Deputada Epifânia Barbosa	- ausente
- Deputado Euclides Maciel	- sim
- Deputado Flávio Lemos	- ausente
- Deputada Glaucione	- sim
- Deputado Hermínio Coelho	- sim
- Deputado Jaques Testoni	- ausente
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Kaká Mendonça	- sim
- Deputado Lebrão	- sim
- Deputado Luiz Cláudio	- sim
- Deputado Luizinho Goebel	- sim
- Deputado Marcelino Tenório	– sim
- Deputado Maurão de Carvalho	– sim
- Deputado Neodi	- ausente
- Deputada Prof. Stella	- sim

- Deputado Ribamar Araújo - sim
- Deputado Saulo Moreira - ausente
- Deputado Valdivino Tucura - sim
- Deputado Zequinha Araújo - sim

Votação encerrada. Com 18 votos favoráveis está aprovado. Vai a 2ª discussão e votação.

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO – PROJETO DECRETO LEGISLATIVO Nº 185/14 DO DEPUTADO LUIZINHO GOEBEL, concede Título Honorífico de Cidadão do Estado de Rondônia ao Senhor Adelio Barofaldi.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Falta o parecer. Deputado Kaká para emitir o parecer.

O SR. KAKÁ MENDONÇA – Projeto de Decreto Legislativo nº 185/14, do Deputado Luizinho Goebel, concede Título Honorífico de Cidadão do Estado de Rondônia ao Senhor Adelio Barofaldi. Pela legalidade e constitucionalidade, somos de parecer favorável.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Em discussão o parecer favorável do Deputado Kaká. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado o parecer.

Em discussão e votação única o Projeto de Decreto Legislativo nº 185/14 do Deputado Luizinho. Votação nominal, o painel já está à disposição dos Deputados.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador – sim
- Deputado Carmem Gon - sim
- Deputado Claudio Carvalho - sim
- Deputado Edson Martins - sim
- Deputado Edvaldo Soares - sim
- Deputada Epifânia Barbosa - ausente
- Deputado Euclides Maciel - ausente
- Deputado Flávio Lemos - sim
- Deputada Glaucione - sim
- Deputado Hermínio Coelho - sim
- Deputado Jaques Testoni - ausente
- Deputado Jean Oliveira - ausente
- Deputado Kaká Mendonça - sim
- Deputado Lebrão - sim
- Deputado Luiz Cláudio - sim
- Deputado Luizinho Goebel - sim
- Deputado Marcelino Tenório – sim
- Deputado Maurão de Carvalho – ausente
- Deputado Neodi - sim
- Deputada Prof. Stella - sim
- Deputado Ribamar Araújo - sim
- Deputado Saulo Moreira - ausente
- Deputado Valdivino Tucura - sim
- Deputado Zequinha Araújo - sim

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Votação encerrada. Com 18 votos favoráveis, está aprovado. Vai ao Expediente. Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 186/14 DO DEPUTADO LUIZINHO GOEBEL. Concede Título Honorífico de Cidadão do Estado de Rondônia ao senhor Joaquim Nonato da Silva.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Falta o Parecer.

O SR. NEODI – Senhor Presidente, Questão de Ordem?

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. NEODI – Senhor Presidente, eu gostaria que Vossa Excelência incluísse o Projeto de Lei 1302/14 do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por superávit financeiro, até o montante de R\$ 2.911.643,80, em favor da Unidade Orçamentária Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental – SEDAM. Esse Projeto é muito importante para que a SEDAM possa fazer um trabalho para adequar algumas reservas aqui da zona 2.2 ao novo Código Florestal. Vai facilitar a vida de milhares de produtores rurais.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado, Deputado Neodi. Está acatado o Requerimento verbal para que se inclua o Projeto na Ordem do Dia.

Deputado Flávio, Parecer no Projeto.

O SR. FLÁVIO LEMOS – Senhor Presidente, o Projeto de Decreto Legislativo 186/14 do Deputado Luizinho Goebel, concede Título Honorífico de Cidadão do Estado de Rondônia ao senhor Joaquim Nonato da Silva. Sou favorável ao Projeto, senhor Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Em discussão o Parecer favorável do Deputado Flávio. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado o Parecer.

Em discussão única e votação o Projeto de Decreto Legislativo 186/14 do Deputado Luizinho Goebel. Votação nominal e o painel já está à disposição.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador - sim
- Deputada Carmem Gon - sim
- Deputado Cláudio Carvalho - sim
- Deputado Edson Martins - sim
- Deputado Edvaldo Soares - sim
- Deputada Epifânia Barbosa - ausente
- Deputado Euclides Maciel - ausente
- Deputado Flávio Lemos - sim
- Deputada Glaucione - sim
- Deputado Hermínio Coelho - sim
- Deputado Jaques Testoni - ausente
- Deputado Jean Oliveira - ausente
- Deputado Kaká Mendonça - sim
- Deputado Lebrão - sim
- Deputado Luiz Cláudio - sim
- Deputado Luizinho Goebel - sim

- Deputado Marcelino Tenório - sim
 - Deputado Maurão de Carvalho - ausente
 - Deputado Neodi - sim
 - Deputada Professora Stella - sim
 - Deputado Ribamar Araújo - sim
 - Deputado Saulo Moreira - ausente
 - Deputado Valdivino Tucura - ausente
 - Deputado Zequinha Araújo - sim

Votação encerrada. Com 17 votos favoráveis, está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 187/14 DO DEPUTADO LUIZINHO GOEBEL. Concede Título Honorífico de Cidadão do Estado de Rondônia ao senhor Luiz Gomes Furtado.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Deputado Flávio para dar o Parecer no Projeto.

O SR. FLÁVIO LEMOS – Senhor Presidente, Projeto de Decreto Legislativo 187/14 do Deputado Luizinho Goebel, concede Título Honorífico de Cidadão do Estado de Rondônia ao senhor Luiz Gomes Furtado. De acordo com a regimentalidade e constitucionalidade, sou favorável ao Projeto, senhor Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Em discussão o Parecer favorável do Deputado Flávio. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. *Está aprovado o Parecer.*

Em discussão e votação única o Projeto de Decreto Legislativo 187/14 do Deputado Luizinho Goebel. Votação nominal e o painel já está à disposição.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador - sim
 - Deputada Carmem Gon - sim
 - Deputado Cláudio Carvalho - ausente
 - Deputado Edson Martins - sim
 - Deputado Edvaldo Soares - sim
 - Deputada Epifânia Barbosa - ausente
 - Deputado Euclides Maciel - sim
 - Deputado Flávio Lemos - sim
 - Deputada Glaucione - sim
 - Deputado Hermínio Coelho - sim
 - Deputado Jaques Testoni - ausente
 - Deputado Jean Oliveira - ausente
 - Deputado Kaká Mendonça - ausente
 - Deputado Lebrão - sim
 - Deputado Luiz Cláudio - sim
 - Deputado Luizinho Goebel - sim
 - Deputado Marcelino Tenório - ausente
 - Deputado Maurão de Carvalho - ausente
 - Deputado Neodi - sim
 - Deputada Professora Stella - sim

- Deputado Ribamar Araújo - sim
 - Deputado Saulo Moreira - ausente
 - Deputado Valdivino Tucura - ausente
 - Deputado Zequinha Araújo - sim

Votação encerrada. Com 15 votos favoráveis, está aprovado. Vai ao Expediente.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO – Questão de Ordem, senhor Presidente?

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não, Deputado Cláudio.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO – Eu queria só pedir a Vossa Excelência que coloque aí em pauta um Projeto de Decreto Legislativo de minha autoria, de uma Medalha ao senhor Micael, está aqui já.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Está ok. Está acatado o Requerimento verbal do Deputado Cláudio Carvalho, que se inclua o Projeto de Decreto Legislativo na Ordem do Dia.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 190/14 DA DEPUTADA CARMEM GON. Concede Título Honorífico de Cidadão do Estado de Rondônia ao senhor Jidalias dos Anjos Pinto.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Falta o Parecer. Deputado Flávio Lemos para dar o Parecer no Projeto.

O SR. FLÁVIO LEMOS – Projeto de Decreto Legislativo 190/14 da Deputada Carmem Gon, concede Título Honorífico de Cidadão do Estado de Rondônia ao senhor Jidalias dos Anjos Pinto, mais conhecido como Tiziu. De acordo com a regimentalidade, sou favorável ao Projeto.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Em discussão o Parecer favorável do Deputado Flávio. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado o Parecer.

Em discussão e votação única o Projeto de Decreto Legislativo 190/14 da Deputada Carmem Gon.

Votação nominal e o painel já está à disposição.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador - sim
 - Deputada Carmem Gon - sim
 - Deputado Cláudio Carvalho - sim
 - Deputado Edson Martins - sim
 - Deputado Edvaldo Soares - sim
 - Deputada Epifânia Barbosa - ausente
 - Deputado Euclides Maciel - sim
 - Deputado Flávio Lemos - sim
 - Deputada Glaucione - sim

- Deputado Hermínio Coelho	- sim
- Deputado Jaques Testoni	- ausente
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Kaká Mendonça	- sim
- Deputado Lebrão	- sim
- Deputado Luiz Cláudio	- ausente
- Deputado Luizinho Goebel	- sim
- Deputado Marcelino Tenório	- sim
- Deputado Maurão de Carvalho	- ausente
- Deputado Neodi	- sim
- Deputada Professora Stella	- sim
- Deputado Ribamar Araújo	- sim
- Deputado Saulo Moreira	- ausente
- Deputado Valdivino Tucura	- sim
- Deputado Zequinha Araújo	- sim

Votação encerrada. Com 18 votos favoráveis, está aprovado. Vai ao Expediente.

A SRA. CARMEM GON – Questão de Ordem, senhor Presidente?

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não, Deputada Carmem.

A SRA. CARMEM GON – Presidente, eu gostaria de pedir ao senhor que fosse incluído na Ordem do Dia um Projeto de Decreto Legislativo de minha autoria, que eu apresentei hoje, já foi lido.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Não foi nem lido ainda, Deputada.

A SRA. CARMEM GON – Já foi lido na Ordem do Dia.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Já foi lido. Então, pode incluir na Ordem do Dia o pedido verbal da Deputada Carmem Gon.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) - PROJETO DE LEI 1055/13 DA DEPUTADA GLAUCIONE. Denomina de “*Dr. Antônio Paulo dos Santos*” o Fórum a ser instalado na Avenida Cuiabá, no município de Cacoal.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Deputado Flávio para dar o Parecer.

O SR. FLÁVIO LEMOS – Projeto de Lei 1055/13 da Deputada Glaucione, denomina de “*Dr. Antônio Paulo dos Santos*” o Fórum a ser instalado na Avenida Cuiabá, no município de Cacoal. De acordo com a constitucionalidade, sou favorável ao Projeto, senhor Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Em discussão o Parecer do Deputado Flávio Lemos. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Está aprovado o Parecer.**

Em primeira discussão e votação o Projeto 1055/13 da Deputada Glaucione. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai a segunda discussão e votação.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI 1300/13 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 122. Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por anulação, até o montante de R\$ 21.931.579,09, em favor das Unidades Orçamentárias Fundo Estadual de Saúde – FES, Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Desenvolvimento e Regularização Fundiária – SEAGRI e Secretaria de Estado de Assistência Social – SEAS.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Falta o Parecer. Deputado Flávio Lemos dá o Parecer.

O SR. FLÁVIO LEMOS – Projeto de Lei 1300/2014, Poder Executivo/Mensagem 122. Autoriza o Poder Executivo abrir crédito suplementar por anulação, até o montante de R\$ 21.931.579,09, em favor das Unidades Orçamentárias Fundo Estadual de Saúde – FES, Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Desenvolvimento e Regularização Fundiária – SEAGRI e Secretaria de Estado de Assistência Social – SEAS.

De acordo com a constitucionalidade e regimentabilidade, sou de parecer favorável, Sr. Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Em discussão o parecer favorável do Deputado Flávio. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado o parecer.

Em primeira discussão e votação, Projeto de Lei 1300/14, Poder Executivo. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai a segunda discussão e votação.

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI 1308/14, PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 128. Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por anulação, até o montante de R\$ 1.300.000,00, em favor da Unidade Orçamentária Procuradoria Geral do Estado – PGE.

(Às 18 horas e 43 minutos o Sr. Hermínio Coelho passou a presidência ao Sr. Euclides Maciel).

O SR. EUCLIDES MACIEL (Presidente) – O projeto está sem parecer. Deputado Flávio para dar o parecer.

A SRA. CARMEN GON – Sr. Presidente, Questão de Ordem. Registrar aqui a presença do Vereador José Augusto, do município de Jarú, sempre presente nesta Casa, bem como do Maicon, do site mais acessado de Jarú, o www.jaruonline.com.br, e o Flávio do www.noticiamais.com.br, que estava aqui agora há pouco, o nosso agradecimento por estar sempre presente e levando informação ao nosso povo.

Obrigada pela presença e os demais servidores da Casa que estão aqui assistindo esta Sessão. A Sessão que quase que encerra o primeiro semestre deste ano aqui nesta Casa. Obrigada pela presença de todos.

O SR. EUCLIDES MACIEL (Presidente) – O Parecer, Deputado Flávio.

O SR. FLÁVIO LEMOS – Sr. Presidente, Projeto de Lei 1308/14, Poder Executivo, Mensagem 128, autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por anulação, até o montante de R\$ 1.300.000,00, em favor da Unidade Orçamentária Procuradoria Geral do Estado – PGE.

De acordo com a constitucionalidade e regimentalidade, sou de parecer favorável.

O SR. EUCLIDES MACIEL (Presidente) – Em discussão o parecer favorável do Deputado Flávio. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado o parecer.

Em primeira discussão e votação, Projeto de Lei 1308/14, Poder Executivo. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai a segunda discussão e votação.

Próxima matéria, Sr. Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI 1316/14, PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 136. Autoriza o Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes – DER/RO a proceder à contratação de pessoal para a execução de atividades de manutenção, conservação e operacionalização aeroportuária por tempo determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público.

O SR. EUCLIDES MACIEL (Presidente) – O projeto encontra-se sem parecer, Deputado Edvaldo Soares para emitir o parecer.

O SR. EDVALDO SOARES – Sr. Presidente, Projeto de Lei 1316/14, que autoriza o Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes – DER/RO a proceder à contratação de pessoal para a execução de atividades de manutenção, conservação e operacionalização aeroportuária por tempo determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, e pela constitucionalidade e regimentalidade, o meu parecer é favorável, Sr. Presidente.

Eu quero cumprimentar o Prefeito Jesualdo Pires aqui presente. Tem feito um grande trabalho em Ji-Paraná.

O SR. EUCLIDES MACIEL (Presidente) – Em discussão o parecer favorável. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado o parecer.

O SR. NEODI – Sr. Presidente, eu queria aqui parabenizar meu amigo, meu ex-companheiro de Parlamento, porque hoje é Prefeito de Ji-Paraná, Jesualdo Pires, que eu tive a grata satisfação de presidir esta Casa por quatro anos tendo Jesualdo Pires como 1º Secretário, um grande parceiro, um grande amigo

e que faz um excelente trabalho como Prefeito lá em Ji-Paraná. Parabéns, Jesualdo Pires, pelo trabalho que faz naquela cidade, inclusive hoje nos cobrou apoio a esse projeto que visa melhoria da vida do povo do Estado de Rondônia que mora na região central do Estado que utiliza o aeroporto de Ji-Paraná. Então, parabéns, Jesualdo sempre brigando, lutando pelo Estado de Rondônia, fez muita falta aqui, mas com certeza está fazendo um grande trabalho, o povo de Ji-Paraná merece o seu trabalho lá.

Muito obrigado pela presença.

O SR. EUCLIDES MACIEL (Presidente) – Ainda em discussão. Para discutir, o Deputado Luiz Cláudio.

O SR. LUIZ CLÁUDIO – Presidente Euclides, a visita do Prefeito de Ji-Paraná Jesualdo Pires é sempre bem-vinda a esta Casa, até porque ele foi um dos grandes Deputados que por aqui passou, tem a minha admiração o Prefeito Jesualdo Pires pelo grande político que é, e também me pediu apoio, Deputado Euclides, para votar neste projeto e eu falei para ele que nem precisava pedir, a presença dele aqui só enriquece este Parlamento pelo grande Deputado que foi e com certeza pelo trabalho que está fazendo no município de Ji-Paraná.

Então, Jesualdo Pires, o meu reconhecimento a V. Ex^a, como Deputado e como Prefeito da segunda maior cidade do Estado que é Ji-Paraná, a terra do Deputado Euclides.

O SR. EUCLIDES MACIEL (Presidente) – Ainda em discussão. Para discutir, o Deputado Zequinha Araújo.

O SR. ZEQUINHA ARAÚJO – Apenas também referendar aqui a presença do Jesualdo. Dizer que ainda ontem passei em Ji-Paraná, quero parabenizar o Jesualdo pelo trabalho que está fazendo, realizando em Ji-Paraná, é um companheiro que eu sabia, todos nós tínhamos certeza que ele faria um grande trabalho em Ji-Paraná como está fazendo. Então, Jesualdo, pode contar conosco, seus amigos ainda são os mesmos companheiros que sempre acreditaram em você como homem e, sobretudo, como estadista aqui de Rondônia. Um abraço, parabéns.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO – Questão de Ordem, Sr. Presidente.

O SR. EUCLIDES MACIEL (Presidente) – Pois não. Questão de Ordem é um minuto só, senão não vamos terminar.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO – Não mais do que isso, Sr. Presidente. Queria cumprimentar o ex-Deputado Jesualdo Pires, hoje Prefeito, dizer que pode contar com nosso apoio. Substituir V. Ex^a nesta Casa sei que não é fácil, mas nós estamos aqui na cadeira deixada pelo senhor e tenha certeza que pode contar com nosso apoio aqui.

O SR. EUCLIDES MACIEL (Presidente) – Ainda para discutir, um minuto apenas, Marcelino Tenório.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Quero aqui também cumprimentar o nobre Prefeito de Ji-Paraná Jesualdo Pires que foi por dois anos companheiro nosso aqui na Assembleia Legislativa, e mais do que justo, Prefeito Jesualdo Pires que sempre buscou, Deputado Euclides Maciel que é também de sua cidade, a preocupação, principalmente daquele aeroporto, um aeroporto que é extremamente necessário para que se faça do centro do Estado de Rondônia, onde compreende toda aquela população, ali compreendendo de Jaru, Ouro Preto, Presidente Médici, Alvorada e demais municípios. Muito obrigado, Jesualdo, por estar presente aqui e nós estamos presentes para que possa votar esse projeto e seja bem-vindo ao município de Ji-Paraná.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Questão de Ordem, Presidente.

O SR. EUCLIDES MACIEL (Presidente) – Um minuto, trinta segundos, agora diminuiu, trinta segundos.

O SR. ADELINO FOLLADOR – É discriminação, só porque eu sou Democrata e V. Exª PSDB, é? Eu quero também parabenizar o Deputado Jesualdo aqui presente, um grande companheiro nosso, aprendi a conviver, gostei muito do trabalho em conjunto aqui. Eu como fui doze anos Prefeito sei a situação que está enfrentando todas as Prefeituras do Brasil, especialmente do Estado de Rondônia, a Dilma está empobrecendo os municípios e mesmo assim V. Exª está com uma boa administração, uma grande administração, parabéns. Também registrar a presença do Dr. Marco Antônio, Chefe da Casa Civil, que está aqui presente também. Para nós é um prazer votar esse projeto a pedido seu, Jesualdo. Obrigado.

O SR. EUCLIDES MACIEL (Presidente) – Em primeira discussão e votação o projeto. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. *Está aprovado. Vai a segunda discussão e votação.*

Próxima matéria, Sr. Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI 1318/14 DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA. OFÍCIO Nº 836/2014, altera dispositivos da Lei nº 1.603, de 24 de abril de 2006.

O SR. EUCLIDES MACIEL (Presidente) – o Projeto encontra-se sem parecer. Deputado Luizinho para dar o parecer.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Projeto de Lei nº 1318/14 de autoria do Ministério Público do Estado de Rondônia que aportou a esta Casa sob o Ofício nº 836/14, que altera dispositivos da Lei Nº 1.603, de 24 de Abril de 2006. Portanto, como diz o meu líder Jesualdo, a matéria é legal, constitucional, somos de parecer favorável à aprovação da matéria.

O SR. EUCLIDES MACIEL (Presidente) – Em votação o parecer. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado o parecer.

Em primeira discussão o Projeto.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Uma Questão de Ordem Presidente.

O SR. EUCLIDES MACIEL (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. HERMÍNIO COELHO – É só para dizer que se continuarem puxando muito o saco do Prefeito de Ji-Paraná, eu vou pedir vista do Projeto para que não seja aprovado hoje.

O SR. EUCLIDES MACIEL (Presidente) – Acho que o Deputado Flávio já está pedindo vista.

O SR. FLÁVIO LEMOS – Em vista ao trabalho do Prefeito, já dou por aprovado.

O SR. NEODI – Presidente uma Questão de Ordem.

O SR. EUCLIDES MACIEL (Presidente) – Pois não, Deputado Neodi.

O SR. NEODI – Eu tive a informação com o Deputado Lebrão que foi pedido para retirar um Projeto de suplementação do IDARON, que segundo o Presidente do IDARON e o próprio Chefe da Casa Civil é um Projeto importante para o trabalho do IDARON. Eu creio que seja na questão da fiscalização, porque hoje nós temos aí a divisa com a Bolívia, é complicado então, de repente é um Projeto que se tira de pauta, deixa de se votar, passa trinta dias e nós possamos ter problema aí para tirar. Agora o Chefe da Casa Civil não tem reconhecimento que o Governo pediu para tirar.

O SR. EUCLIDES MACIEL (Presidente) – Ele está em pauta, Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Todos os Projetos que os Deputados pediram para colocar em pauta nós colocamos. Eu acho que todos os projetos têm que ser votados hoje, porque Sessão nós só voltamos em agosto, é importante se tiver os projetos aí que se coloquem na ordem do dia e que votem.

O SR. KAKÁ MENDONÇA – Senhor Presidente, a informação que eu tive agora, chegou uma mensagem do próprio Governo pedindo a retirada.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – O líder o Governo pediu para retirar da pauta.

O SR. LEBRÃO – Questão de Ordem, Senhor Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. LEBRÃO – Na verdade, até o pessoal do Sindicato do IDARON também veio pedir a retirada, mas quando nós fomos conversar, já tinha sido lida a mensagem do Governo pedindo a retirada de pauta do projeto do IDARON.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Então, foi retirado exatamente a pedido do Executivo?

O SR. LEBRÃO – Também a pedido do próprio Sindicato.

O SR. NEODI – A minha preocupação, Presidente, Deputados, e que a preocupação que é projeto de suplementação, de repente seria algum recurso para fazer frente à fiscalização na fronteira, porque eu estive esses dias em Pimenteiras, e agente ouvi alguns comentários que são preocupantes. É importante o IDARON ter condição de fazer o trabalho de fiscalização ali para poder coibir a vinda de gado da Bolívia para o Brasil sem nenhum acompanhamento sanitário, minha preocupação é essa. Mas se é um pedido do Governo, o Governo deve saber o que está fazendo, nós teremos agora aí praticamente trinta dias de recesso, trinta dias é muito tempo.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Sim, Deputado Neodi, mas depende do Governo, se o Governo quiser que vote, a gente vota. Mas dizer o seguinte: nós vamos entrar de recesso, mas os Deputados, a grande maioria não vão viajar, e se precisar, tiver projeto importante que tiver problema de prazo, nós podemos fazer extraordinária no mês de julho e votar, não tem problema nenhum, Deputado Neodi, se tiver projetos importantes, nós vamos estar aqui no Estado mesmo.

O SR. NEODI – O duro, Presidente, é reunir Deputados no mês de julho em plena campanha para vir votar extraordinária, minha preocupação é essa.

O SR. KAKÁ MENDONÇA – Uma Questão de Ordem, Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Pois não, Deputado.

O SR. KAKÁ MENDONÇA – Chegou uma mensagem aqui, a 77 do Governo, que pede com anteciosos cumprimentos, e considerando a Lei 9.504 de 97, denominada Lei das Eleições, a qual estatui normas atinentes a realizações com condutas vedadas aos agentes públicos quanto à realização de eventos. Solicito os bons préstimos de Vossa Excelência no sentido de que seja sobrestada nessa Assembleia Legislativa a tramitação da Mensagem contida no anexo único da presente mensagem. Assinado: Confúcio Moura, Governador. Estão aqui as mensagens que foram protocoladas pedindo a retirada, respeitando as leis, então é um pedido do Palácio do Governo.

(Às 18 horas e 55 minutos o senhor Euclides Maciel Passou a Presidência ao senhor Hermínio Coelho)

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Então.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Uma Questão de Ordem.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não, Deputado Luizinho.

O SR. LUIZINHO – Eu gostaria de pedir a Vossa Excelência uma concessão de Título Honorífico que ficou para Casa aqui.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Está acatado o requerimento do Deputado Luizinho, para que inclua o Projeto

de Decreto Legislativo na ordem do dia. Pois não, Deputado Neodi.

O SR. NEODI – A questão, a preocupação minha é só uma. Porque o próprio Presidente do IDARON não tinha conhecimento da retirada do Projeto, é isso que me preocupa, porque como que o Governo manda retirar uma Mensagem do IDARON se o próprio Presidente do órgão desconhece.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Em primeira discussão e votação o Projeto de Lei 1318/14 do Ministério Público do Estado de Rondônia. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai a segunda discussão e votação.

O SR. KAKÁ MENDONÇA – Uma Questão de Ordem, Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Dez segundos.

O SR. KAKÁ MENDONÇA – Na verdade, o Deputado Neodi tem razão, essa Mensagem que foi pedida a retirada, que o Deputado Lebrão falou que até o Sindicato quer informações, tratava de cargo, carreira, remuneração. A Mensagem que o Deputado Neodi está falando é a Mensagem 88.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Então, vocês procurem se entender aí para não atrapalhar os trabalhos aqui. Desenrola. Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 191/14 DO DEPUTADO CLÁUDIO CARVALHO. Concede Medalha de Mérito Legislativo ao Senhor Mikhael Ramez Esber.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Falta o parecer. Solicito ao Deputado Flávio Lemos emitir o parecer no Projeto.

O SR. FLÁVIO LEMOS – Projeto de Decreto Legislativo nº 191/14 do Deputado Cláudio Carvalho, concede Medalha ao Mérito Legislativo ao senhor Mikhael Ramez Esber. De acordo com a regimentalidade e constitucionalidade, como diz o nosso amigo Jesualdo, somos de parecer favorável.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Em discussão o parecer favorável do Deputado Flávio. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado o parecer.

Em discussão e votação única o Projeto de Decreto Legislativo nº 191/14 de autoria do Deputado Cláudio Carvalho. Votação nominal, o painel já está aberto.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- sim
- Deputada Carmem Gon	- sim

- Deputado Cláudio Carvalho - sim
 - Deputado Edson Martins - sim
 - Deputado Edvaldo Soares - sim
 - Deputada Epifânia Barbosa - ausente
 - Deputado Euclides Maciel - ausente
 - Deputado Flávio Lemos - sim
 - Deputada Glaucione - sim
 - Deputado Hermínio Coelho - sim
 - Deputado Jaques Testoni - ausente
 - Deputado Jean Oliveira - ausente
 - Deputado Kaká Mendonça - ausente
 - Deputado Lebrão - sim
 - Deputado Luiz Cláudio - sim
 - Deputado Luizinho Goebel - sim
 - Deputado Marcelino Tenório - sim
 - Deputado Maurão de Carvalho - ausente
 - Deputado Neodi - sim
 - Deputada Prof. Stella - sim
 - Deputado Ribamar Araújo - sim
 - Deputado Saulo Moreira - ausente
 - Deputado Valdivino Tucura - sim
 - Deputado Zequinha Araújo - sim

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) - Com 17 votos favoráveis, está aprovado. Vai ao Expediente.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI Nº 192/14 DEPUTADA CARMEM GON, concede Medalha de Mérito Legislativo a Jânisson Moreira da Cunha, Pastor da Igreja Batista Nacional de Jarú.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Falta o parecer. Solicito ao Senhor Deputado Kaká que emita o parecer no Projeto.

O SR. KAKÁ MENDONÇA – Projeto de Decreto Legislativo 192/14, concede Medalha de Mérito Legislativo ao senhor Jânisson Moreira da Cunha, Pastor da Igreja Batista Nacional de Jarú. De autoria da Deputada Carmem Gon.

Pela legalidade, constitucionalidade, somos de parecer favorável.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Em discussão o parecer favorável do Deputado Kaká. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. *Está aprovado o parecer.*

Em discussão e votação única o Projeto de Decreto Legislativo 192/14 da Deputada Carmem Gon.

Votação nominal e o painel já está aberto.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador - ausente
 - Deputado Carmem Gon - sim
 - Deputado Claudio Carvalho - sim
 - Deputado Edson Martins - sim
 - Deputado Edvaldo Soares - sim
 - Deputada Epifânia Barbosa - ausente

- Deputado Euclides Maciel - sim
 - Deputado Flávio Lemos - sim
 - Deputada Glaucione - sim
 - Deputado Hermínio Coelho - sim
 - Deputado Jaques Testoni - ausente
 - Deputado Jean Oliveira - ausente
 - Deputado Kaká Mendonça - ausente
 - Deputado Lebrão - sim
 - Deputado Luiz Cláudio - sim
 - Deputado Luizinho Goebel - ausente
 - Deputado Marcelino Tenório - sim
 - Deputado Maurão de Carvalho - ausente
 - Deputado Neodi - ausente
 - Deputada Prof. Stella - sim
 - Deputado Ribamar Araújo - sim
 - Deputado Saulo Moreira - ausente
 - Deputado Valdivino Tucura - sim
 - Deputado Zequinha Araújo - sim

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) - Votação encerrada. Com 15 votos favoráveis, está aprovado. Vai ao Expediente. Próxima matéria.

O SR. NEODI – Questão de Ordem, Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. NEODI – Solicito a Vossa Excelência que seja incluso o Projeto de Lei 1248/14, mensagem do Poder Executivo que Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por superávit financeiro, até o montante de oito milhões, cento e oitenta e nove mil reais, em favor da unidade orçamentária Agência de Defesa Sanitária, Agrossilvopastoril do Estado de Rondônia – IDARON. Então, gostaria que Vossa Excelência incluísse o projeto, o que foi pedido para ser retirado foi outro, não era esse.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Está acatado o requerimento verbal do Deputado Neodi e inclua na Ordem do Dia o projeto.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI Nº 1319/14 DO DEPUTADO HERMÍNIO COELHO. Dispõe sobre a obrigatoriedade de todos os fornecedores de serviços prestados de forma contínua estenderem o benefício de novas promoções aos clientes pré-existentes, mantendo benefícios conquistados.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Deputado Luizinho Goebel dá o parecer ao projeto.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Aproveitar, Presidente, só cumprimentar aqui a presença do meu filho, o Guilherme, da minha filha Gabriela, que estão de férias da escola e hoje resolveram vir aqui acompanhar os trabalhos na Assembleia Legislativa. E o Guilherme é aquele de camisa amarela lá, está querendo seguir os passos do pai, eu já falei para ele achar outro rumo. A Gabriela já está mais tranquila. Aproveitar, cumprimentar o Camata, nosso companheiro lá do Vale e também o Dr. Marco Antônio e o Dr. Brito.

Projeto de Lei 1319/14 de autoria do Deputado Hermínio. Portanto, a matéria é legal, constitucional e regimental e somos de parecer favorável à aprovação da matéria.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Em discussão o parecer favorável do Deputado Luizinho Goebel. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado o parecer.

Esse projeto, esse projeto é o seguinte: digamos que essas empresas de telefones ou de Sky ou qualquer dessas empresas que fazem promoção, eles fazem promoções, aí você, a partir de agora, quem comprar os produtos tem a vantagem e quem já tinha não tem nenhum benefício. Essa Lei aqui, Deputado Neodi, é que no Estado, a partir do momento que qualquer empresa faz uma promoção nova dando vantagens para ter novos clientes, que os clientes antigos fiquem garantidos, que tenham o mesmo direito. É isso que diz essa lei, nós copiamos de outros, se eu não me engano é de São Paulo e é muito importante esse projeto.

Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado em primeira discussão e votação o projeto 1319/14 do Deputado Hermínio. Vai a segunda discussão e votação.

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 193 DO DEPUTADO LUIZINHO GOEBEL. Concede Título Honorífico de Cidadã do Estado de Rondônia à Dra. Solângela Barros Guimarães Ferreira.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Falta o parecer, Deputado Euclides Maciel.

O SR. EDVALDO SOARES – Questão de Ordem, Senhor Presidente. Gostaria de fazer um pedido, se fosse possível, Senhor Presidente, inserir a mensagem, o Projeto 92 do Corpo de Bombeiros. Pessoal da Casa Civil, esse projeto é muito importante para o Governo do Estado, se fosse possível.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Não, essa nós não vamos colocar não, porque ela é importante para o Governo do Estado, mas para o povo não é, não. Nós não vamos colocar de jeito nenhum, é polêmica essa questão, isso aí é para beneficiar só 02 ou 03 lá do Corpo de Bombeiros, beneficiar o Comandante principalmente, nós não vamos votar esse projeto da forma que ele está.

O SR. EUCLIDES MACIEL – O nosso parecer do Projeto de Decreto 193/14 do Deputado Luizinho Goebel, o nosso parecer é favorável, viu, Deputado Lebrão.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado. Em discussão o parece favorável do Deputado Euclides. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado o parecer.

Em discussão e votação única o Projeto nº 193/14 do Deputado Luizinho Goebel.

Votação nominal e o painel já está à disposição.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- sim
- Deputado Carmem Gon	- sim
- Deputado Claudio Carvalho	- sim
- Deputado Edson Martins	- sim
- Deputado Edvaldo Soares	- sim
- Deputada Epifânia Barbosa	- ausente
- Deputado Euclides Maciel	- sim
- Deputado Flávio Lemos	- ausente
- Deputada Glaucione	- ausente
- Deputado Hermínio Coelho	- sim
- Deputado Jaques Testoni	- ausente
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Kaká Mendonça	- ausente
- Deputado Lebrão	- sim
- Deputado Luiz Cláudio	- sim
- Deputado Luizinho Goebel	- sim
- Deputado Marcelino Tenório	- sim
- Deputado Maurão de Carvalho	- ausente
- Deputado Neodi	- sim
- Deputada Prof. Stella	- sim
- Deputado Ribamar Araújo	- sim
- Deputado Saulo Moreira	- ausente
- Deputado Valdivino Tucura	- sim
- Deputado Zequinha Araújo	- sim

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) - Votação encerrada. Projeto aprovado com 16 votos. Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

Esse, Deputado Edvaldo Soares, todos os projetos, porque a nossa Assembleia nós temos que ter o cuidado aqui, que todos os projetos que são polêmicos e que podem trazer prejuízos a muitos trabalhadores e trazer benefícios só a uma minoria. Nós temos que ter muito cuidado de votar aqui na Assembleia e esse projeto, ele não é bom, ele não é bom de jeito nenhum para o Estado, ele é bom para o Comandante Geral do Corpo de Bombeiros e que leva para aposentadoria, além do salário de Coronel, mais uma gratificação de Comandante Geral. É isso que diz essa lei aí, e a gente, nós já cortamos a aposentadoria do Governador e vamos dar agora aposentadoria de marajá para Comandante do Corpo de Bombeiros? Não.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Questão de Ordem, Senhor Presidente. Primeiramente, gostaria de cumprimentar aqui os filhos do Deputado Luizinho Goebel, principalmente essa moça bonita.

PROJETO DE LEI Nº 1314/14 DO PODER EXECUTIVO/ MENSAGEM 134. Autoriza o Poder Executivo a criar os Programas de Transferência de Renda no contexto de Calamidade Pública no Estado de Rondônia – Auxílio Social e Auxílio Vida Nova.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Falta o parecer. Pedir ao Deputado Euclides Maciel para dar o parecer ao projeto.

O SR. EUCLIDES MACIEL – Projeto de Lei nº 1314/14 do Poder Executivo, mensagem 134. O nosso parecer é favorável, Senhor Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Em discussão o parecer favorável do nobre Deputado, do digníssimo Deputado Euclides Maciel, que é pela aprovação do projeto.

Projeto nº 1314/14 do Poder Executivo. Em discussão o parecer favorável. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado o parecer.

Em primeira discussão e votação o projeto. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai a segunda discussão e votação.

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI Nº 1320/14 DO DEPUTADO LEBRÃO. Institui o Quadro de Pessoal em extinção do Poder Legislativo.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Falta o parecer. Deputado Euclides Maciel.

O SR. EUCLIDES MACIEL – Projeto de Lei nº 1320/14, de autoria do eminente Deputado, líder da 429, Deputado Lebrão, o nosso parecer é favorável.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Em discussão o parecer favorável do eminente Deputado Euclides Maciel. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado o parecer.

Em primeira discussão e votação o Projeto de Lei nº 1320/14 do Deputado Lebrão. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai à segunda discussão e votação.

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI Nº 1302/14 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 125, Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por superávit financeiro, até o montante de R\$ 2.911.643,80, em favor da Unidade Orçamentária Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental – SEDAM.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Falta o parecer. Pedir ao Deputado Euclides Maciel para dar o parecer ao projeto.

O SR. EUCLIDES MACIEL - O Projeto 1302/14 do Poder Executivo, Mensagem 125, o nosso Parecer é favorável, senhor Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Em discussão o Parecer favorável do nobre Deputado Euclides Maciel. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado o Parecer.

Em primeira discussão e votação o Projeto de Lei 1302/14 do Poder Executivo. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai a segunda discussão e votação.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) - PROJETO DE LEI 1248/14/MENSAGEM 088 DO PODER EXECUTIVO. Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por superávit financeiro, até o montante de R\$ 8.189.000,00, em favor da Unidade Orçamentária Agência de Defesa Sanitária Agrossilvopastoril do Estado – IDARON.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Falta o Parecer. O nosso Deputado Euclides Maciel.

O SR. EUCLIDES MACIEL – Projeto de Lei 1248/14 do Poder Executivo, Mensagem 088, abrindo crédito suplementar por superávit financeiro até o montante de R\$ 8.189.000,00. O nosso Parecer é favorável, senhor Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Em discussão o Parecer do nobre Deputado Euclides Maciel. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado o Parecer.

Em primeira discussão e votação o Projeto de Lei 1248/14 do Poder Executivo. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai a segunda discussão e votação.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO LEBRÃO. Requer à Mesa, nos termos do parágrafo único do artigo 199, do Regimento Interno, seja dispensado interstício regimental para apreciação em segunda discussão e votação dos Projetos de Lei Complementar 208/14 e 213/14; e Projetos de Lei: 1055/13; 1300/14; 1308/14; 1314/14; 1316/14; 1318; 1319/14; 1320/14; 1302/14 e 1248/14.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Em discussão e votação o Requerimento do nobre Deputado Lebrão. Não havendo quem queira discutir, em votação.

Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Encerrada a Ordem do Dia, senhor Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Encerrada a Ordem do Dia, passamos às Comunicações Parlamentares. Não há Deputados inscritos.

Encerradas as Comunicações Parlamentares, e nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus e, antes de encerrar a presente Sessão, convoco Sessão Extraordinária no prazo de 01 minuto, com a finalidade de apreciar em segunda discussão e votação as matérias aprovadas nesta Sessão.

Está encerrada a Sessão.

(Encerra-se esta Sessão às 19 horas e 13 minutos)

SUP DE COMPRAS E LICITAÇÕES**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2014/ALE-RO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/CPP/ALE/RO
PROCESSO Nº 00000306/2014-93**

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA (ALE/RO), denominada **ÓRGÃO GERENCIADOR**, inscrito no CNPJ sob o Nº 04.794.681/0001-68, com sede na Rua Major Amarantes nº 390 - Bairro Arigolândia, CEP: 76.801-911 - Porto Velho-RO, representada neste ato por seu Presidente, Deputado **JOSÉ HERMÍNIO COELHO**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº 1.206.980 SSP/RO, CPF nº 117.618.978-61, e de outro lado à empresa abaixo qualificada, denominada **FORNECEDOR**, firmam esta Ata de Registro de Preços, conforme Termo de Homologação exarado às fls. 266 do Processo nº **0000306/2014-93**, sob a regência das Leis Federais nº 8.666/93 e alterações posteriores, bem como da Lei 10.520/02 e do Decreto 7.892/2013, visando o **REGISTRO DE PREÇOS**, nos termos do referido Edital e seus anexos, conforme as cláusulas e condições a seguir.

DO OBJETO – CLÁUSULA PRIMEIRA

1.1 – A presente Ata de **Registro de Preços** tem por objeto a futura e eventual aquisição de **PRODUTOS DO GÊNERO ALIMENTÍCIOS**, para atender as necessidades da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, conforme especificações detalhadas no Termo de Referência, constante do Anexo I do Edital do Pregão Presencial nº **008/2014/CPP/ALE/RO** e Proposta do **FORNECEDOR**, os quais independentemente de transcrição, fazem parte deste instrumento, naquilo que não o contrarie.

FORNECEDOR:

EMPRESA:	GUARÁ DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA- ME
CNPJ:	14.883.022/0001-51
ENDEREÇO:	Rua Alexandre Guimarães Nº 5118 - Bairro Agenor de Carvalho, Porto Velho CEP: 76.820-221
TELEFONE:	(69) 3225-8028 FAX (69) 3225-8472
PESSOA PARA CONTATO:	GODOFREDO GONÇALVES
RG:	17404 SSP/RO
CPF:	534.362.102-34
EMAIL:	distribuidoraguara00@gmail.com

LOTE	DESCRIÇÃO	UND	QTD	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	Açúcar refinado, obtido de cana de açúcar, com aspecto, cor, cheiro próprios, sabor doce, com teor de sacarose mínimo de 99%, umidade máxima de 0,3%, sem fermentação, isento de sujidades, embalado em pacotes plásticos atóxicos, limpos, não violados, resistentes, que garantam a integridade do produto até o momento do consumo, contendo aproximadamente 1 quilo, acondicionados em fardos lacrados. Validade mínima de 11 meses da data de entrega e suas condições deverão estar de acordo com a RDC 271/05 ANVISA. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, número de lote, data de fabricação, data de validade, condições de armazenamento e quantidade do produto. As inscrições obrigatórias "contém glúten" ou "não contém glúten", conforme Lei 10674 de 16/05/2003 e demais inscrições exigidas conforme a legislação vigente.	PC	80	Itamarati	2,64	211,20
02	Adoçante dietético; composto de sacarina sódica e ciclamato de sódio, frasco de 100 ml cada; líquido, com validade mínima	FR	20	Magro	2,15	43,00

	de 01 ano a contar da data de entrega; acondicionado em caixa de papelão reforçado; e suas condições deverão estar de acordo com resolução RDC 271/05 ANVISA; produto sujeito a verificação no ato da entrega aos procedimentos administrativos determinados pela ANVISA.					
03	Bicabornato de Sódio, pacote pequeno (30gr).	PC.	80	Q-delícia	0,48	38,40
06	Goma de Mascar; sabores Hortelã, Menta e Tuti-fruti, embalagem com 04 unidades, caixa com 100 unidades, Validade mínima de 150 dias da data de entrega do produto.	CX	100	Chicletis	16,64	1.664,00
07	Amendoim tipo Japonês, pacote 500 gramas, validade mínima 150 dias da entrega do produto.	PC	50	Dori	5,45	272,50
08	Biscoito com sal; tipo Água e Sal; composto de farinha de trigo, gordura vegetal hidrogenada, açúcar, água, sal e outros ingredientes permitidos; embalagem filme Bopp, com validade mínima na datada entrega de 05 meses; e suas condições deverão estar de acordo com portaria 263 de 22 de setembro de 2005 e suas alterações posteriores; produto sujeito à verificação no ato da entrega aos procedimentos Administrativos determinados pela ANVISA. Pacote com 400 gramas.	PC	80	Dallas	3,20	256,00
09	Biscoito com sal; tipo Cream Cracker; composto de farinha de trigo, gordura vegetal hidrogenada, açúcar, água, sal e outros ingredientes permitidos; embalagem filme Bopp, com validade mínima na datada entrega de 05 meses; e suas condições deverão estar de acordo com a portaria 263 de 22 de setembro de 2005 e suas alterações posteriores; produto sujeito à verificação no ato da entrega aos procedimentos Administrativos determinados pela ANVISA. Pacote com 400 gramas.	PC	50	Dallas	3,20	160,00
10	Biscoito com sal; tipo Integral; composto de farinha de trigo, gordura vegetal hidrogenada, água, sal e outros ingredientes permitidos; embalagem filme Bopp, com validade mínima na datada entrega de 05 meses; e suas condições deverão estar de acordo com a portaria 263 de 22 de setembro de 2005 e suas alterações posteriores; produto sujeito à verificação no ato da entrega aos procedimentos Administrativos determinados pela ANVISA. Pacote com 200 gramas.	PC	50	Nestlé	2,24	112,00
12	Biscoitos tipo Rosquinha; Sabores: Amanteigado; Chocolate. Preparada com farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, pacote com 400 gramas, com validade mínima de 07 meses da entrega do produto. Suas condições deverão estar de acordo com a portaria 263 de 22 de setembro de 2005, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade. Serão rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados, não podendo apresentar excesso de dureza e nem se apresentar quebradiço.	PC	130	Marilan	3,64	473,20
15	Chá Sabores: Camomila; Erva Cidreira; Hortelã; Maçã; Erva Mate Natural; Chá: Boldo; Erva doce; Anis; Abacaxi com Hortelã Constituído de florais inteiros; de espécimes vegetais genuínos dessecados; de cor amarela pardacenta; com aspecto cor cheiro e sabor próprios; isento de sujidades, parasitas e larvas; validade mínima de 11 meses a contar da entrega, caixa com 10 sache; e suas condições deverão estar de acordo com a resolução RDC 277 de 22 de setembro de 2005 e suas alterações; produto sujeito a verificação no ato da entrega aos procedimentos Administrativos determinados pela ANVISA.	CX	700	Leão	2,38	1.666,00
16	Canela em Pó; Canela pó fino, sem açúcar, acondicionado em tubo de polietileno, íntegro, atóxico, resistente, vedado hermeticamente. A embalagem deverá apresentar identificação e procedência, número do lote data de fabricação, data de validade mínima de 6 (seis) meses, de acordo com a RDC nº276/2005. Embalagem 30g	PC	80	Q-delícia	1,19	95,20

17	Achocolatado em Pó, instantâneo, solúvel, obtido pela mistura do cacau em pó solúvel, açúcar, maltodextrina, leite em pó e/ou soro, extra, constituído de pó fino e homogêneo, isento de soja ou farinha, sujidades e materiais estranhos, admitindo teor de umidade máxima de 3%. Acondicionado em pacote de polietileno, recipiente de polietileno ou de folha de flandres, íntegro, resistente, vedado hermeticamente e limpo. Contendo aproximadamente 400g de peso líquido. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto e número do registro. O produto deverá	LT	200	Nescau	7,03	1.406,00
	apresentar validade mínima de 06 meses a partir da data de entrega, de acordo com a RDC nº276/2005. Embalagem 30g					
18	Leite em pó Integral Instantâneo; Embalado em latas de flandres ou alumínio, isenta de ferrugem, não amassadas, resistentes, não violados. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto, número do registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA e carimbo de inspeção do SIF. Deverá atender as especificações técnicas da Portaria nº 369 de 04/09/1997 do Ministério da Agricultura e do Abastecimento e do Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de produtos de origem Animal do Ministério da Agricultura. Validade mínima de 10 (dez) meses a partir da data de entrega.	LT	200	Ninho	12,00	2.400,00
19	Suco de Néctar da Fruta; Sabores: Pêssego; Uva; Goiaba; Caju Composto líquido com vitaminas, açúcar, estabilizante, antioxidantes e conservantes; obtido pela mistura no mínimo de 50% de suco e polpas integrais de frutas; processamento tecnológico adequado, submetido a tratamento que assegure sua apresentação e conservação até o consumo; frutas maduras e sãs, água potável, açúcar, ácidos orgânicos e outras substâncias permitidas; com aspecto, cor, cheiro e sabor próprios; conforme recomendação de embalagem, validade mínima 5 meses a partir da data da entrega, (3 dias após aberto), em refrigeração; acondicionado em caixa cartonada contendo 1 litro; e suas condições deverão estar de acordo com a de acordo com resolução RDC 272 de 22 de setembro de 2005 e suas alterações posteriores; produto sujeito a verificação no ato da entrega aos procedimentos administrativos determinados pela ANVISA.	UNID.	300	Da fruta	3,75	1.125,00
22	Mini Colher; material plástico (colher little Coffee), para cafezinho, transparente ou na cor branca, embalagem plástica com 200 unidades.	PC	300	Pra Festa	6,15	1.845,00
23	Copo de vidro; tipo transparente, estilo água, capacidade 300 ml, medindo 9 cm com pé – totalizando 12,5cm de altura.	UNID.	240	Cisper	5,41	1.298,40
VALOR TOTAL=>						13.065,90

1.2 - A existência de preços registrados não obriga a **ALE/RO** a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições (Art. 64, § 1º da Lei 8.666/93).

1.3 - Os preços registrados poderão ser revistos sendo de responsabilidade do gestor da avença a negociação com o contratado, observada as disposições contidas na alínea “d” do Inciso II do **caput** do art. 65 da Lei 8.666/93 (Art. 17 do Decreto Nº 7.892/13).

1.4 - O quantitativo decorrente das adesões à Ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, **ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado** na Ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem (§ 4º, do art. 22 do Decreto nº 7.892/13).

1.5 - É **vedado** efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993 (§ 1º, do art. 12 do Decreto nº 7.892/13).

1.6 - O órgão Gerenciador somente poderá autorizar adesão à Ata após a primeira aquisição ou contratação por órgão integrante da Ata, exceto quando, justificadamente, não houver previsão no edital para aquisição ou contratação pelo órgão gerenciador (§5º, do art. 22 do Decreto 7.892/13).

DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA - CLÁUSULA SEGUNDA

2.1 - Sempre que julgar necessário, a **ALE/RO** solicitará, durante a vigência da respectiva Ata de Registro de Preços, o fornecimento do material registrado, na quantidade que for preciso, mediante a entrega da Ordem de Fornecimento;

2.2 - A Nota de Empenho será enviada via e-mail de forma digitalizada, quando o Fornecedor tiver sede fora desta capital, o qual deverá confirmar o recebimento no prazo de

1 (um) dia. Caso o Fornecedor tenha sede nesta Cidade a Nota de Empenho deverá ser retirada na **Secretaria Administrativa**, situado na Rua Major Amarantes, nº 390, Bairro Arigolândia, nesta Capital de Porto Velho/RO, no prazo de 2 (dois) dias, contado a partir da convocação;

2.3 - O prazo para confirmação do recebimento ou para retirada da Nota de Empenho poderá ser prorrogado por uma vez, por igual período, quando solicitado pelo **FORNECEDOR** durante seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pela ALE/RO;

2.4 - A não confirmação do recebimento ou a não retirada da Nota de Empenho no prazo previsto, por ocasião do empenho da despesa, implicará aplicação de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis;

2.5 - O prazo para entrega dos materiais será de no máximo de **10 (dez)** dias corridos, contados a partir da data de recebimento da Nota de Empenho;

2.6 - A entrega dos materiais deverá ser efetuada no **ALMOXARIFADO** desta **ALE/RO**, situado na Rua Elias Gorayeb, 620, Bairro Nossa Senhora das Graças – Porto Velho/RO, telefone (69) 3216-2850;

2.7 - O **FORNECEDOR** responsabilizar-se-á pela qualidade do material cotado e entregue, especialmente para efeito de substituição imediata, no caso de não atendimento ao solicitado;

2.8 - O recebimento do material no almoxarifado é de forma provisória, sendo o mesmo recebido de forma definitiva, a partir da certificação da nota fiscal, pela **Comissão de Recebimento de Materiais Bens e Serviços da ALE/RO**;

2.9 - Os materiais deverão conter especificações das características peculiares de cada lote e, quando for o caso, possuir em suas embalagens unitárias, especificações de peso, medida, quantidade, cor, orientações de empilhamento, período de garantia, prazo de validade e demais informações que se fizerem necessárias para a perfeita utilização dos mesmos;

OBRIGAÇÃO DO FORNECEDOR - CLÁUSULA TERCEIRA

3.1 - O **FORNECEDOR** deverá manter as condições de habilitação estabelecidas no edital, podendo ser verificado constantemente durante toda a vigência do contrato, sob pena de rescisão contratual.

DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO - CLÁUSULA QUARTA

4.1 - O pagamento será efetuado após a liquidação da despesa, por meio de ordem bancária, através do Banco do Brasil S/A, até 10 (dez) dias úteis, mediante a apresentação de nota fiscal/fatura, devidamente certificada pelo setor competente da **ALE/RO**

que deverá vir acompanhada da Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros - **CND**, do Certificado de Regularidade do FGTS-CRF, da Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (pessoa jurídica), certidão negativa de débitos trabalhistas (**CNDT**), bem como outras Certidões que vierem a ser obrigatórias por lei, desde que tenham correlação com o objeto, devendo ser apresentados todos esses documentos dentro dos respectivos prazos de validade.

4.2 - As pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (**Simples Nacional**), deverão apresentar a cada pagamento, Declaração em duas vias, na forma do **Anexo IV da Instrução Normativa RFB nº 1.234**, de 11/01/2012 (artigo 4º, inciso XI, c/c artigo 6º).

4.3 - Nenhum pagamento será efetuado ao **FORNECEDOR**, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual;

4.4 - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado ao **FORNECEDOR**

4.5 - No texto da Nota Fiscal ou Nota Fiscal/Fatura deverão constar as marcas dos materiais, os valores unitários e totais e o número do processo que deu origem à aquisição;

4.6 - Havendo erro na Nota Fiscal ou Nota Fiscal/Fatura ou outra circunstância impeditiva, o recebimento definitivo ficará suspenso, até que a empresa tome as medidas saneadoras necessárias;

DA VIGÊNCIA - CLÁUSULA QUINTA

5.1 - O prazo de vigência da presente Ata será de 12 (doze) meses a contar da data de sua publicação no D. O – e – ALE/RO.

DO GESTOR E FISCALIZAÇÃO - CLÁUSULA SEXTA

6.1 - Na forma do que dispõe o artigo 67, da Lei nº 8.666/93, fica designado como gestor e fiscal do contrato o chefe da **Divisão de Almoxarifado e Patrimônio** e, na sua ausência legal e regulamentar, o substituto eventual, os quais serão designados pelo **Secretário Geral** nos autos do processo administrativo, com autoridade para exercerem em nome da **ALE/RO** toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização.

6.2 - As ações de acompanhamento e fiscalização não exoneram o **FORNECEDOR** de suas responsabilidades contratuais.

DO FORO - CLÁUSULA SÉTIMA

7.1 - As partes elegem o Foro da Comarca de **Porto Velho/RO**, como único competente para dirimir as questões que porventura venham a surgir na execução da presente Ata de Registro de Preço, com renúncia expressa a qualquer outro.

Assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias.

Porto Velho, 10 de junho de 2014.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Deputado José Hermínio Coelho – PRESIDENTE

Arildo Lopes da Silva
SECRETÁRIO GERAL – ALE/RO

GUARÁ DISTR. DE PROD. ALIMETÍCIOS LTDA-ME
GODOFREDO GONÇALVES - Representante Legal

Aprovo: ADVOCACIA GERAL/ALE